

I. S. E.
Biblioteca

Co. F.	34543
494-G.	

HC8054.5 V39 1987

Reservada



JORGE JÚLIO LANDEIRO DE VAZ

**A GESTÃO DO RISCO E A SOLIDEZ DAS
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Dissertação de Mestrado em Gestão
no Instituto Superior de Economia
da Universidade Técnica de Lisboa

LISBOA

NOVEMBRO

1987



PREFÁCIO

Esta reflexão é o corolário de dois anos de investigação, doze de análise do crédito ao investimento e oito de docência Universitária em gestão.

A sua materialização muito se deve ao estímulo do senhor Professor Doutor Mário António Soares Madureira.

A sua estruturação e aprofundamento não seria possível sem a orientação científica e pedagógica do senhor Dr. António da Cunha Gameira.

A GESTÃO DO RISCO E A SOLIDEZ DAS INSTITUIÇÕES
DE CRÉDITO

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	5
	I.1. O objecto	5
	I.2. O método	9
II.	O CONTEXTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA	14
	II.1. A revolução industrial	14
	II.2. Os ciclos da economia	16
	II.3. A instabilidade monetária	22
	II.4. A deterioração das estruturas empresariais	23
	II.5. O intervencionismo dos poderes públicos	26
	II.6. A internacionalização	28
	II.7. A desintermediação/"securitização"	31
	II.8. A liberalização/desregulamentação	32
	II.9. A automatização	33
	II.10. Mutação do crédito e dos recursos	34
	II.11. Novos instrumentos financeiros	37
	II.11.1. O mercado das eurodivisas	37
	II.11.2. Os mercados financeiros a prazo	47
III.	OS RISCOS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	67
	III.1. O risco de liquidez	67

	3
III.2. O risco de transformação	73
III.3. O risco de taxa de juro	76
III.4. O risco de câmbio	80
III.5. O risco de crédito	81
III.6. O risco de soberania	86
III.7. O risco operacional	87
III.8. O risco no mercado das eurodivisas	91
III.9. Os riscos extra-patrimoniais	93
III.10. O risco de solvibilidade	95
IV. A ANÁLISE E GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO	106
IV.1. Métodos financeiros de avaliação dos riscos de crédito	106
IV.1.1. Os instrumentos clássicos	107
IV.1.2. As insuficiências das análises de base financeira.	113
IV.2. As garantias e a limitação do risco de crédito	125
IV.3. Os índices complexos de risco	129
IV.3.1. Crédito "rating"	129
IV.3.2. Crédito "scoring"	134
IV.4. Análise de risco do "portfólio"	140
IV.5. A política de crédito	146
IV.6. A detecção precoce dos riscos de crédito	150
IV.7. O controle dos riscos de crédito	162
V. O RISCO E A QUALIDADE DE GESTÃO	168

I INTRODUÇÃO

I INTRODUÇÃO

I.1. O OBJECTO

No decurso dos últimos anos, os problemas de solvibilidade das instituições financeiras têm assumido extrema relevância, conhecida que é a deterioração dos indicadores de capital (Anexo I).

A degradação da solvibilidade encontra-se associada à assumpção desproporcionada de riscos por parte das instituições financeiras, relativamente à sua capacidade.

Os riscos da actividade financeira são pela sua própria natureza, muitas vezes de difícil previsão e controle e limitada a capacidade de sobre eles agir; Não obstante a gestão do risco das instituições financeiras tem recebido entre nós pouca atenção teórica.

As análises sobre os efeitos conjunturais da economia, ao nível do risco de crédito, e inversamente do risco de crédito na economia, também não têm suscitado o interesse que a sua relevância macroeconómica justificaria.

No entanto nos meios financeiros internacionais estes problemas têm sido objecto de múltiplas análises e conferências, que se multiplicaram após a falência de grandes

bancos como o "Penn Square" e o "Continental Illinois" e as dificuldades de reembolso de elevados montantes de crédito, por parte dos países do Terceiro Mundo e do Leste Europeu.

Os governos, as instituições financeiras, designadamente os bancos centrais e as Universidades têm desenvolvido programas de investigação com o objectivo de melhorar os conhecimentos dos factores que se encontram associados com a deterioração da qualidade do crédito e de estudar métodos de previsão, repartição, garantia e seguro dos riscos de crédito, quer ao nível das instituições quer dos sistemas financeiros.

Em 1982, a Universidade de "Hohenheim" em Stuttgart levou a cabo um trabalho de pesquisa de grande envergadura, dirigida pelo professor Johan Heinrich Von Stein, sobre a detecção precoce do risco de crédito *1.

Em 30/9/82, o Centro de Estudos Financeiros de Bruxelas efectuou uma conferência dedicada ao tema "Risco e solvibilidade nas instituições financeiras na Bélgica" **2

O risco de crédito não é uma característica abstracta da

*1 Le monde des caisses d'épargne n.º 4/85,

*2 Revue de la banque, junho 1983.

economia inventada pelos teóricos, é antes um vector permanentemente avaliado e aferido pelo mercado, cuja qualidade de gestão constitui condição de êxito e sobrevivência das instituições financeiras.

A investigação neste trabalho orienta-se precisamente para o relacionamento dos riscos de intermediação financeira com a solvibilidade das instituições financeiras assente na reflexão sobre os nexos que essas duas realidades suscitam ao nível da gestão.

Constitui assim objecto desta dissertação:

- (1º) Conhecer e identificar os riscos de intermediação e os factores com eles relacionados, constituindo uma teia dinâmica e complexa, no seio da qual se desenrola a actividade das instituições financeiras.
- (2º) Avaliar a importância relativa dos riscos no que diz respeito à sua incidência na solidez das instituições, designadamente ao nível do seu equilíbrio financeiro.
- (3º) Analisar os nexos em matéria de gestão que relacionam os riscos de intermediação financeira e a soli-

dez das instituições, reconhecendo à qualidade de gestão, um papel fundamental na gestão dos riscos.

I.2. O MÉTODO

Os riscos variam no tempo, sendo gerados por determinados acontecimentos, políticos, económicos e sociais, tanto no que diz respeito à sua natureza como à sua intensidade.

A relação íntima dos riscos de intermediação com o contexto da actividade financeira, isto é os traços e os acontecimentos subjacentes, que na moderna teoria financeira são designados globalmente por risco sistemático do mercado, determinou que o primeiro enfoque metodológico deste trabalho se dirigisse para a apreciação do ambiente gerador de incerteza e risco da actividade financeira.

É o que se pretende numa perspectiva geral de enquadramento no capítulo II, onde se tratam alguns aspectos relacionados com a revolução industrial, a evolução dos ciclos da economia, a instabilidade das variáveis monetárias, a deterioração das estruturas empresariais e ainda o intervencionismo, umas vezes limitativo outras protector dos poderes políticos.

A extraordinária revolução na actividade financeira dos nossos dias, alterando as condições de concorrência, merecerá também uma referência, designadamente, a internacionalização crescente na actividade financeira, a desintermedia-

ção/"securitização", a liberalização/ desregulamentação, a automatização electrónica, os novos instrumentos financeiros e a mutação das formas de crédito e de captação de recursos.

Analisando o contexto da actividade financeira pretende-se sistematicamente no capítulo III identificar os riscos de intermediação financeira relacionados com a actividade dos bancos, caixas económicas e instituições públicas de crédito.

Analisaremos por um lado os riscos ligados às actividades tradicionais das instituições de crédito como o risco de liquidez, o risco de crédito *, os riscos de taxa de juro e de câmbio, o risco de transformação e o risco operacional, e por outro lado os riscos de intermediação decorrentes das profundas alterações dos mercados monetário e financeiro no seu processo de internacionalização.

O risco de solvibilidade ou risco global, assume neste trabalho a importância relativa ao equilíbrio financeiro das instituições de crédito. Critérios de solidez financeira envolvem o relacionamento dos indicadores de solvibilidade com o perfil de risco do "portfolio" e com a taxa de expansão dos

* Os termos risco de crédito e qualidade do crédito serão utilizados frequentemente ao longo deste trabalho em acepções distintas. Quando falamos de risco de crédito, colocamo-nos "ex-ante", ou seja, avaliamos a probabilidade de o crédito não vir a ser reembolsado de acordo com o contrato; Quando falamos de qualidade de crédito situamo-nos "ex post" e analisamos as dificuldades, de facto, de cobrança do crédito.

recursos alheios. Apreciaremos os contributos nesta matéria desenvolvidos em França e nos Estados Unidos.

Pela sua importância crescente, os registos extrapatrimoniais, quer nas operações de equilíbrio de tesouraria quer no risco inerente às responsabilidades extrabalanço, exigem hoje uma atenção especial.

A análise dos métodos e técnicas de avaliação, limitação e gestão dos riscos de crédito é o assunto do capítulo IV.

A apreciação da clientela, da sua capacidade de crédito, do risco inerente, constitui o enfoque mais tradicional das análises de crédito das instituições financeiras.

O potencial devedor constitui ele próprio, intrinsecamente, fonte de risco, autónoma, nalguma medida, do mercado e do ambiente que o rodeia. Fundamentar-se-á na asserção de que mesmo num contexto de recessão económica esta ou aquela empresa consegue contrariar os resultados gerais e obter adequada "performance" *

* Factores de diferenciação qualitativa que conduziram trabalhos de investigação como "In search of excellence" e PIMS (Profit Impact of Market Share

A utilização pelas instituições de índices de risco numa tentativa de melhorar a detecção precoce dos riscos de crédito parece-nos importante no sentido de complementar as insuficiências das análises de base financeira e melhorar o controle dos riscos de crédito.

Pareceu-nos importante introduzir os conceitos do "capital asset pricing model" na análise do "portfólio" das instituições financeiras, na dupla perspectiva risco-rendimento, como complemento indispensável das análises custos-proveitos.

A política de crédito como instrumento privilegiado de gestão do risco tem um enfoque sintético nos seus aspectos conceptuais mais significativos ou seja ao nível da relação política de risco/política de "marketing".

A qualidade de gestão e organização constitui na perspectiva deste trabalho condição para as instituições gerarem internamente os recursos necessários à cobertura dos riscos assumidos, na asserção de que o nível dos capitais próprios assegura a solvibilidade financeira das instituições.

II O CONTEXTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA

II O CONTEXTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA

II.1 - A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A economia do nosso tempo encontra-se sob tensão; indústrias com uma história de elevados lucros e estabilidade entraram em declínio.

Transformações estruturais estão a ocorrer a nível mundial, quer no plano da distribuição e divisão das actividades, quer nos ajustamentos dos preços de bens e serviços quer ainda no plano das novas tecnologias e da economia da energia. Estas profundas mudanças estão a alterar o ambiente, as nossas vidas e a nossa maneira de pensar.

As indústrias de ponta dos anos 50 - petroquímica, construção naval, siderurgia, transportes, electrónica - cederam o lugar à informática, à automação, à energia nuclear e à biotecnologia.

Até aos anos 70, os mercados, os processos industriais, as tecnologias e os produtos revelaram-se relativamente estáveis.

Hoje esta situação encontra-se completamente alterada, a evolução tecnológica é tão rápida que a vida de muitos produtos industriais é inferior à do próprio investimento.

No caso das novas tecnologias não se dispõe de referências de "performance" do passado para avaliar a sua eficácia.

A previsão dos mercados e a vida dos produtos e das tecnologias encontram-se rodeadas de maior incerteza do que no passado, em que os métodos financeiros tradicionais deram suporte satisfatório às decisões de financiamento das instituições financeiras.

Actualmente a eficácia destes métodos está posta em causa. O tempo de reacção dos mecanismos financeiros revela-se muito longo, face à instabilidade e ao ritmo de mutação principalmente da actividade industrial. A capacidade das empresas reagirem à inovação e à mudança, a sua flexibilidade, não pode ser avaliada somente com base nos indicadores financeiros, requerendo uma avaliação mais completa e integrada, apoiada na experiência e na capacidade de identificar os riscos possíveis de mudança.

II.2 - OS CICLOS DA ECONOMIA

O risco de crédito varia de acordo com os movimentos cíclicos da economia, aumentando de intensidade nos períodos de recessão-depressão.

Revela a experiência, porém, que os incidentes em matéria de crédito, principalmente nas operações de retalho, começam tipicamente a crescer antes da fase de contracção do ciclo. Também o aumento do número de falências de empresas tem uma longa história de preceder as depressões da economia.

Escrevendo a propósito do papel da qualidade do crédito na grande depressão dos anos 30, o economista "Geoffrey More" considerou que a deterioração da qualidade do crédito tomou lugar nos anos 20, em pleno período de expansão económica. O referido economista considerou ainda que essa deterioração teve um papel importante no aprofundamento e amplitude da crise que se lhe sucedeu.

As variações ao nível da intensidade do risco e as restrições em matéria de crédito tendem a acentuar a expansão ou a contracção do ciclo económico. As variações nos padrões e condições de concessão de crédito reforçam as variações cíclicas do investimento, estimulando e ampliando as oscilações da actividade económica.

É nesta medida, e numa perspectiva macro-económica, que a gestão do risco de crédito é uma moeda com duas faces.

Se nos períodos desfavoráveis da economia o risco de deterioração do crédito aumenta afectando o equilíbrio e a liquidez do sistema financeiro, também a concessão de crédito numa base conservadora e restritiva pode conduzir a níveis de produção, emprego e rendimento excessivamente baixos, contraíndo o desenvolvimento da economia.

As instituições financeiras desde que em sintonia com o ambiente e o ciclo económico tendem a orientar a sua actuação, em função da fase do ciclo.

Vamos considerar para o efeito quatro fases:

- Depressão;
- Recuperação;
- Expansão; e,
- Recessão.

1ª FASE: Depressão

Esta fase do ciclo tem as seguintes características:

- Capacidade ociosa e desemprego;
- Contração dos mercados;
- Falências;
- Preocupações das empresas centradas na liquidez, redução de custos e de existências.
- As empresas procuram reduzir o endividamento bancário e adiam projectos de investimento.

Nesta fase de depressão, o excesso de liquidez das instituições financeiras corrói as quotas de mercado, gerando-se tendências para aceitar maus negócios. As exigências em matéria de gestão colocam-se relativamente a um maior controle da qualidade de crédito e mais prudência em matéria de concessão de crédito.

É nesta fase do ciclo económico que verdadeiramente a solidez das instituições de crédito é colocada à prova.

2ª FASE: Recuperação

- Aumento da produtividade e da rendibilidade das empresas;
- Aumento do activo circulante das empresas;
- Maior liberalização em matéria salarial;
- Elevação das despesas de consumo;
- Desenvolvimento de oportunidades;

- Relançamento do investimento;
- Aumenta o recurso ao crédito comercial.

A concorrência intensa pressiona os bancos para maus negócios; face ao excesso de liquidez o volume de crédito tende a elevar-se e as taxas de juro tendem a subir.

3ª FASE: Expansão - "Boom"

- Desenvolve-se o potencial de crescimento da economia através do aumento da produção de bens e serviços;
- As encomendas e os preços crescem;
- As empresas antecipam a constituição de "stocks";
- Crescem as necessidades de capital circulante;
- Aumentam as pressões salariais;
- Desenvolvem-se tensões inflacionistas;
- Baixa a taxa de crescimento da produtividade;
- Aumentam os custos unitários de produção;
- Contraem-se as margens brutas de exploração;
- As taxas de autofinanciamento tendem a declinar;
- Aumentam os custos de substituição quer de equipamento quer de "stocks";
- Empolamento dos lucros (efeito inflação nas existências);
- Baixa a liquidez empresarial;
- Aumenta o recurso a empréstimos de tesouraria.

Na fase de "Boom" da economia, as instituições vivem em franco optimismo, aumentam os montantes do crédito, a política é de "market oriented" e de crescimento a todo o preço.

Os gestores podem tender a perder a capacidade de julgamento em matéria de qualidade de crédito, dependendo o equilíbrio de tesouraria excessivamente dos reembolsos do crédito, no entanto a boa gestão indica que mesmo nesta fase os gestores devem exercitar a prudência, assumindo particular importância a detecção precoce de maus clientes.

4ª FASE: Recessão

- O crescimento económico baixa;
- Caem as encomendas;
- Cortes na produção;
- A pressão sobre o activo circulante dificulta o pagamento das dívidas das empresas;
- Endurece a estrutura salarial;
- A política monetária gera condições restrictas de crédito;
- Frustração com as medidas anti-inflacionistas;
- Crescem as taxas de juro.

As instituições financeiras racionam o crédito para preencher prioritariamente as necessidades dos clientes

habituais, restringindo o crédito a actividades financeiras, aquisição de acções, especulação e economia doméstica. Aumenta a rigidez nos padrões de concessão dos créditos que se torna prudente e selectivo e por outro lado aumenta a flexibilidade no reembolso e nas moratórias.

II.3 - A INSTABILIDADE MONETÁRIA

A evolução, no início dos anos 70, para um regime de taxas de câmbio flexíveis, na sequência da derrocada do sistema de Bretton Woods, teve como corolário um aumento dos riscos de câmbio nas trocas internacionais de bens e serviços, quer para as empresas, quer para as instituições financeiras.

A inflação, as oscilações pronunciadas e repentinas das taxas de juro, ampliaram o risco das condições gerais da actividade financeira, conferindo à incerteza o lugar de primeiro adversário do crédito.

A gestão do risco de crédito, tornou-se tarefa central da actividade bancária designadamente ao nível da identificação e avaliação dos diferentes factores de risco na esfera monetária.

II.4 - A DETERIORAÇÃO DAS ESTRUTURAS EMPRESARIAIS

O abrandamento geral da actividade económica e a recessão dos últimos anos colocaram à luz do dia desequilíbrios em numerosas empresas, conduzindo a processos de insolvência e falência.

Desenvolveu-se em larga escala um ciclo de empobrecimento liquidez insuficiente → endividamento → insolvência.

No entanto, as dificuldades de liquidez das empresas eram muitas vezes acompanhadas da apresentação de lucros nominais, resultantes do efeito deformador (ilusão monetária) da inflação sobre as contas sociais.

A sobrevalorização dos resultados resulta fundamentalmente do facto de as amortizações do immobilizado e o custo das matérias-primas serem calculados a partir de valores de aquisição e não de substituição. Os lucros nominais vieram em consequência a ser tributados ou distribuídos em prejuízo do activo real das empresas, agravando as dificuldades de liquidez.

O endividamento excessivo das empresas para além da sua capacidade financeira teve um papel determinante nas estruturas empresariais. Em ambiente favorável, o recurso ao

endividamento pode revelar-se proveitoso, desde que os capitais investidos a longo prazo tenham uma rendibilidade superior ao custo dos empréstimos. Este efeito de alavanca joga em sentido inverso logo que as taxas de rendibilidade caiam abaixo do custo dos empréstimos, o que ocorre com frequência em fases de recessão da economia, tornando-se o excesso de endividamento factor de debilidade das empresas, agravado pela acentuação dos constrangimentos económicos e sociais.

Um estudo realizado pelo Tribunal de Comércio de Bruxelas* identificava três causas fundamentais na origem da falência das empresas:

- Uma insuficiente adaptação dos seus dirigentes à evolução rápida do mundo dos negócios. Se os erros de gestão podem ser facilmente corrigidos em período de expansão, tornam-se rapidamente fatais em períodos de crise;
- Insuficiência de capitais próprios; certas empresas iniciam mesmo as suas actividades com um defice de capitais próprios;

* Revue de la banque, nº 6/78 (p. 417/426).

- Inadequação das estruturas internas de organização, sem planeamento, objectivos ou orçamentos de tesouraria e com um deficiente conhecimento do ambiente e do mercado no qual a empresa desenvolve a sua actividade.

II.5. O INTERVENCIONISMO DOS PODERES PÚBLICOS

O poder de decisão dos dirigentes das instituições financeiras encontra-se singularmente limitado pelos constrangimentos impostos pelas autoridades de tutela.

Para os ministros das finanças, os bancos são geralmente os instrumentos favoritos de política económica, designadamente de política monetária quer no combate à inflação, quer na defesa da moeda ou do saldo externo.

Embora a obrigação de respeitar certos coeficientes (liquidez, solvibilidade) não seja senão em boa medida, a codificação de regras da sabedoria bancária, o aparelho financeiro é muitas vezes constrangido em função de preocupações externas à sua própria gestão, a adoptar regras e critérios variáveis com a conjuntura ou os conceitos teóricos das autoridades de tutela.

Umás vezes, a intervenção dos poderes políticos traduz-se na adopção de critérios de incidência restritiva na actividade financeira (reservas monetárias, enquadramento do crédito, títulos de dívida pública).

Outras vezes, as autoridades exercem pressão sobre os meios financeiros a fim de obter o relaxamento em matéria de reembolso de créditos ou a intervenção financeira em empresas

ou países cuja situação económico-financeira o não justificaria; é o chamado crédito político.

Os bancos centrais vivem ainda presos ao dilema de permitir aos bancos actuar livres de restrições e de simultâneamente manter o controle da situação monetária, um dilema ainda por resolver.

II.6. A INTERNACIONALIZAÇÃO

Até aos anos 50, as operações financeiras internacionais, como as que se relacionavam com o comércio externo, eram efectuadas pelos bancos a partir de território nacional.

Na década de 60 e principalmente na de 70, os bancos europeus, americanos e japoneses instalaram-se nas principais praças financeiras, acompanhando os seus clientes.

Muitos bancos desenvolvem hoje uma actividade fundamentalmente nos mercados estrangeiros, onde abrem filiais, participando cada vez mais nos euro-mercados.

A internacionalização do crédito encontra-se intimamente ligada à expansão e ao dinamismo do mercado das eurodivisas que tem constituído um dos acontecimentos mais espectaculares nos mercados monetário e financeiro das duas últimas décadas.

O mercado das eurodivisas, principalmente eurodólares, é enorme, complexo, flexível e adaptável às necessidades de financiamento internacionais, tendo-se desenvolvido nas seguintes direcções:

- Financiamento de grandes projectos de elevado nível de risco;

- Financiamento de importações, défices orçamentais e balança de pagamentos;
- Financiamento do comércio internacional; e,
- Financiamento de investimento directo e indirecto no estrangeiro.

Compreende-se a preocupação das autoridades monetárias que vêem no crédito internacional uma limitação séria da eficácia da sua política monetária nacional. E compreende-se também a sua inquietude de ver desenvolver-se através do mercado monetário paralelo das eurodivisas uma fonte e um sistema de criação de liquidez internacional com o seu próprio multiplicador de crédito e de moeda desconhecido.

Referimo-nos aqui à tensão entre mercados nacional e internacional, entre integração e estabilidade do mercado.

A solução desta tensão é um problema da nossa época que ultrapassa largamente o quadro do crédito e da política monetária de cada país.

Os fenómenos de internacionalização e desintermediação e a procura de ao nível dos recursos e das aplicações realizar economias de escala conduziram as instituições financeiras a políticas de concentração. A actividade bancária consequente a

nível internacional tem também exigências em matéria de dimensão, o que em conjunto com o desenvolvimento da concorrência tem pressionado as instituições no sentido da concentração.

Os bancos mais pequenos procuraram suprir insuficiências de dimensão através da constituição de consórcios bancários o que tem interessado também os grandes bancos por razões de repartição do risco em determinadas operações e mercados.

Por outro lado as exigências das clientelas desenvolveram-se no sentido de os instrumentos financeiros responderem mais cabalmente às suas necessidades, surgindo no mercado produtos e actividades como o "factoring", o "leasing" o "trust banking" e outros, orientando-se as instituições para uma oferta cada vez mais diversificada de serviços financeiros e não financeiros.

A máxima expressão desta orientação é o desenvolvimento de conglomerados financeiros.

II.7. A DESINTERMEDIÇÃO E A "SECURITIZAÇÃO" *

Os utilizadores de fundos, designadamente as autoridades nacionais, as multinacionais e as empresas procuram financiar-se cada vez com mais frequência nos mercados de capitais, prescindindo dos créditos bancários, dirigindo-se directamente aos detentores de fundos principalmente nos euromercados.

Este fenómeno veio alterar o papel tradicional dos bancos que passaram também a desempenhar a função de peritos nos mercados financeiros, organizando as operações e colocando também à disposição dos clientes linhas de crédito, caso os títulos emitidos não sejam tomados na totalidade.

A desintermediação e a "securitização" é em boa parte consequência da pressão dos agentes económicos em geral que procuram serviços e instrumentos cada vez mais sofisticados e diversificados.

* "Securitization"

II.8. LIBERALIZAÇÃO/DESREGULAMENTAÇÃO

A desregulamentação, embora de forma desigual, tem-se manifestado em quase todos os países, resultando da pressão das forças do mercado ou dos compromissos políticos no sentido de preservar regras de concorrência económica.

Nesta perspectiva as instituições financeiras têm também possibilidade de actuar em todos os domínios da actividade bancária. A entrada dos bancos na bolsa como intermediários, a criação de certificados de depósitos e de outros instrumentos dos mercados monetário e financeiro vieram contribuir também para maior liberalização do mercado.

No entanto, se por um lado o mercado se alargou e diversificou acompanhando a mutação acelerada da actividade financeira, por outro a liberalização/desregulamentação arrastou um aumento de concorrência gerando aquilo que em França se designa por "sur bancarization".

II.9. A AUTOMATIZAÇÃO

Possibilitando a efectivação em tempo real de cálculos financeiros complexos, a tecnologia electrónica veio permitir a utilização de novos instrumentos financeiros. As novas tecnologias diminuíram custos e tornaram mais eficaz a gestão de tesouraria e a contabilidade em geral. Permitiram ainda melhorar os serviços dos bancos de retalho através da transferência electrónica de fundos e dos sistemas de pagamento (cartões de crédito, bancários, etc).

O "home - banking" apoiado na informática, na electrónica e nas telecomunicações virá num futuro próximo alterar muitas das concepções em matéria bancária.

O tratamento electrónico de dados associados à actividade bancária veio contudo introduzir novos tipos de riscos, designados por riscos operacionais, que nos merecerão uma referência noutra capítulo deste trabalho.

II.10. MUTAÇÃO DO CRÉDITO E DOS RECURSOS

A outorga de crédito é um processo dinâmico em movimento perpétuo e adaptação constante, sob influência das necessidades da economia, da inovação na actividade bancária e da intervenção dos poderes públicos.

No âmbito do crédito bancário comercial as operações de tesouraria (créditos em conta corrente, descobertos, etc) têm-se desenvolvido a um ritmo superior ao das operações de desconto.

Esta inovação implica uma perda de liquidez relativa por parte dos bancos, incitando-os a obter compensação para os inconvenientes decorrentes do prazo e da utilização ilimitada dos créditos de tesouraria. É o caso das operações sobre depósitos à ordem ou a prazo, créditos sazonais de campanha, créditos sobre facturas, créditos rotativos "roll over".

O crédito ao investimento que durante os últimos anos se tornou uma importante fonte de financiamento das empresas tem sofrido também profundas modificações. A outorga de crédito tenderá cada vez menos a ser uma operação uniforme de carácter repetitivo. Os montantes solicitados são frequentemente importantes e a realização dos programas de investimento estende-se muitas vezes por períodos longos.

Estes factores exigem, principalmente a nível internacional, fórmulas especiais de repartição do financiamento e do risco (créditos em consórcio ou sindicados).

O financiamento segundo fórmulas de "leasing" mobiliário ou imobiliário é, em essência, uma diversificação do crédito ao investimento, registando em todo o mundo um desenvolvimento acelerado.

Os recursos das instituições financeiras eram outrora fundamentalmente constituídos, para além dos capitais próprios, por depósitos à ordem ou a muito curto prazo.

Hoje esses recursos assumem formas muito diversificadas e o seu prazo alargou-se, depósitos a prazo, depósitos de poupança, obrigações de caixa, certificados de depósito.

A duração média do conjunto desses recursos é maior, logo também mais estável, o seu custo é porém mais elevado. A massa global de fundos de terceiros tem crescido constantemente e a sua expansão constitui factor de estabilidade. O perigo de uma retirada maciça e brutal no decurso de uma crise de deflação monetária é muito menos provável do que há quarenta anos.

O alongamento do prazo médio dos recursos incitou os bancos comerciais a interessarem-se pelo crédito ao investimento, expondo-os a riscos mais elevados e aumentando a importância dos capitais próprios.

II.11. NOVOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

II.11.1. O MERCADO DAS EURODIVISAS

Os eurocréditos desenvolveram diversas formas, das quais sublinharíamos:

- O crédito rotativo ("credit revolving"), de prazo renovável e taxa de juro variável, lança uma ponte entre o curto e o médio prazo, permitindo ao tomador de fundos endividar-se quando achar oportuno e efectuar o reembolso quando quiser, o que atribui uma grande flexibilidade a este tipo de crédito.
- Linhas de crédito a médio prazo ("back up line" ou "standing facility") servindo de garantia para outras formas de financiamento como títulos ao portador negociáveis a curto prazo ("eurocomercial paper").

As "euronotes"* são outro pilar do mercado das eurodivisas, realizando-se sob a forma de emissão pública, organizada geralmente por um sindicato de bancos internacionais e essencialmente utilizadas pelos tomadores de fundos com um "rating" elevado (multinacionais e organismos governamentais) para as suas necessidades a longo prazo.

* A tradução mais próxima poderá ser europromissórias.

Este mercado nos últimos anos conheceu uma evolução caracterizada por:

- Tendência para redução do prazo com a duração média de 7 anos;
- Aumento considerável dos títulos a taxa variável (FRN) - "Floating rate notes" paralelamente a emissões a taxa fixa.

Mercado das "euronotes"

"dólares" (10)*

Divisas	1982	1983	1984	1985	1986
Dollar U.S.	41,2	39,2	65,2	96,2	121,6
Deutsch Mark	3,2	4,0	4,3	6,7	17,1
Outras	4,9	6,9	12,1	28,4	85,8
Total	50,3	50,1	81,6	131,2	224,5

Fonte: OCDE (1982 - 1986)

Títulos a taxa variável (FRN)

"dólares" (10)⁹

Anos	1980	1983	1984	1986
Montante	5	15	28	48,4

Fonte: Euromoney (1980 - 86)

As (FRN) títulos a taxa variável (revista de 3 em 3 ou de 6 em 6 meses) em que as taxa base é a LIBOR, a PIBOR ou a PRIMERATE, exerceram uma certa atracção nos investidores, designadamente as instituições financeiras cujas políticas se orientam para uma optimização da liquidez e da flexibilidade dos seus activos.

Três factores vieram porém contribuir para o aparecimento de outro tipo de instrumentos financeiros:

- Sob a pressão dos tomadores de fundos e segundo a lei da procura e da oferta, as margens de intermediação têm baixado nos últimos anos tornando as operações menos atractivas para a maior parte dos bancos;
- As (FRN), títulos a taxa variável, não apresentavam a flexibilidade requerida pelos tomadores de fundos,

dado obrigarem à utilização da totalidade do produto da emissão, mesmo que as necessidades de financiamento assumam forma esporádica ou eventual.

Também o facto de os bancos nos eurocréditos assumirem simultaneamente os riscos do financiamento a curto prazo e os riscos do crédito a médio prazo, torna os encargos mais pesados.

- Desenvolvem-se paralelamente o mercado de títulos de tesouraria (euronotes) que permitem ao emitente obter financiamentos mais baratos e mais flexíveis com vencimentos de 3 ou 6 meses geralmente.

O mercado das "euronotes" em volume

"dólares" (10)⁶

Emitentes	1981	1982	1983	1984
Entidades soberanas	700	856	650	8355
Sociedades	100	605	320	7191
Bancos	490	745	2425	2480
Supranacionais	100	100	-	500
Total	1390	2306	3395	18526

Fonte: La revue du financier nº 54/87 (p. 26/36)

Nº de operações colocadas no mercado das "euronotes"

Emitentes	1981	1982	1983	1984
Entidades soberanas	5	10	3	16
Sociedades	1	5	3	37
Bancos	6	9	15	31
Supranacionais	1	1	-	2
Total	13	25	21	86

Fonte: La revue du financier nº 54/87 (p. 26/36)

A emissão de "euronotes" é na maior parte dos casos garantida por uma "back up line" ou "stand by credit" ou uma RUF.

Os novos instrumentos desenvolvidos pelo mercado, tendo cada um deles especificidades em termos de montagem e técnica de colocação, possuem porém um traço comum, ou seja a dissociação entre a garantia dos fundos a médio prazo e os financiamentos propriamente ditos a curto prazo, funções que geralmente são asseguradas por intervenientes distintos.

Vamos abordar sucintamente as características principais destes novos instrumentos, "RUF", "NIF" e "MOFF".

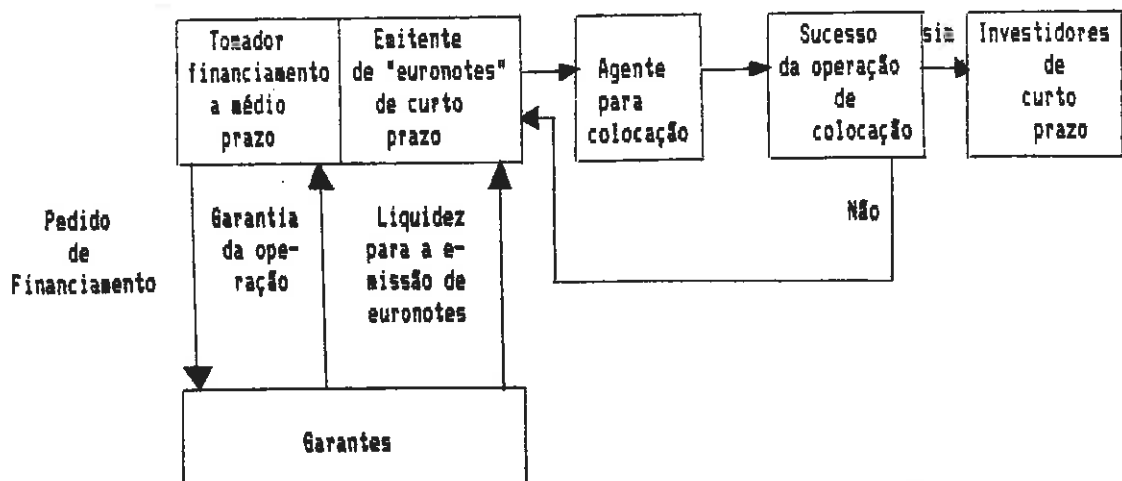
- * RUF - Revolving underwriting facility.
- * NIF - Note issuance facility.
- * MOFF - Multiple option funding facility.

"RUF"

Um chefe de fila ("facility agent") constitui um grupo, designado por "Underwriting group", que garante a disponibilidade de fundos a médio prazo (5 a 7 anos) mediante a cobrança de uma comissão. Esta operação permite que o tomador possa contrair empréstimos de curto prazo através da emissão de títulos de tesouraria "euronotes".

O chefe de fila como agente exclusivo tem a responsabilidade de colocação destes títulos junto dos investidores, comprometendo-se os membros do "Underwriting group" a tomar firme os que não puderem ser colocados no mercado.

Estrutura de uma operação RUF



Os tomadores de fundos, governos, organismos de Estado, instituições financeiras ou empresas privadas devem satisfazer as exigências de credibilidade de dois tipos de credores. Por um lado, os investidores de curto prazo, potenciais compradores de títulos de tesouraria. Por outro lado, os garantes no médio longo prazo.

A entrada numa empresa neste mercado melhora regra geral a sua imagem e o seu "rating" permitindo-lhe aceder com mais facilidade aos mercados financeiros.

Uma "RUF" permite ao tomador/emittente dispor de fontes alternativas de financiamento e incorporar opções como "swing-line" e "crédit-relais" difíceis de negociar no quadro dum crédito clássico.

Os garantes, quase sempre grandes bancos internacionais, ao participarem numa operação "RUF" obtêm as seguintes vantagens:

- Diminuição do risco -

Desde que os títulos sejam colocados, os garantes não correm nenhum risco. Também a probabilidade de que o garante seja chamado a refinarciar é mais fraca numa "RUF" do que no eurocrédito tradicional. Em muitos casos, o contrato estipula condições (taxa de juro

mais elevada) dissuasoras de o tomador fazer apelo junto dos garantes para os títulos não colocados.

- A rendibilidade -

A remuneração do garante sob a forma de comissão efectua-se sem aumento do activo o que permite melhorar o rácio de rendibilidade do activo.

- A liquidez -

Desde que o garante avance com os fundos obtém como contrapartida títulos emitidos pelo tomador para os quais existe teoricamente um mercado secundário activo permitindo a todo o momento obter liquidez. Os créditos rotativos não têm a contrapartida de títulos transaccionáveis.

"NIF"

Uma NIF permite a participação de dois grupos de bancos na operação. Um para garantir a disponibilidade de fundos no médio prazo (os garantes) e outro para assegurar a colocação dos títulos de tesouraria ("tender panel"). A primeira função serve os bancos que procuram aligeirar o seu balanço e melhorar a sua rendibilidade. A segunda função é destinada aos bancos desejosos de adquirir activos ou obter notoriedade no mercado, o que pode interessar bancos de segunda linha.

Nada impede, porém, um banco de ao mesmo tempo ser garante e membro do "tender panel".

Para o tomador a vantagem duma operação "NIF" é a de obter um financiamento de médio prazo com um custo ligado à taxa de juro de curto prazo.

"MOFF"

É a estrutura mais flexível, pois permite escolher em diversos tipos de empréstimos a curto prazo. Regra geral, uma "MOFF" permite ao tomador de fundos utilizar quantias importantes em prazos muito curtos, de um dia a uma semana, com um pré-aviso de apenas algumas horas. Esta facilidade designada por "swing line" tem por objectivo principal o financiamento de necessidades imprevisíveis de curto prazo. Ao utilizar esta linha o tomador deve num prazo mínimo (3 a 7 dias) efectuar uma emissão de títulos. A parte da "swing line" relativamente ao montante total da emissão varia segundo os contratos.

Originalmente a "swing line" foi concebida como uma linha de garantia ("back up line") para a emissão de "comercial paper" no mercado americano.

II.11.2. OS MERCADOS FINANCEIROS A PRAZO

Os mercados de futuros de activos financeiros desenvolveram-se extraordinariamente na última década com o suporte das tecnologias da informática e das telecomunicações.

O desenvolvimento do mercado de capitais acompanhado da instabilidade do mercado monetário, originou o aparecimento de técnicas de cobertura e repartição dos riscos inerentes à variabilidade das taxas de juro, às flutuações cambiais e aos movimentos de títulos cotados nas bolsas.

Foram os especialistas dos mercados a prazo de matérias primas de Chicago, criados desde meados do séc. XIX, os primeiros a aperceberem-se das perspectivas de desenvolvimento de negociação a prazo sobre activos financeiros e em primeiro lugar as divisas.

Em 1972, o "Chicago Mercantile Exchange" criou o IMM ("International money market") onde se começaram a negociar contratos a prazo sobre dólares contra outras divisas.

As opções sobre valores mobiliários foram introduzidas em 1973 em Chicago. A verdadeira descoberta dos especialistas de Chicago foi porém sobretudo a criação de futuros sobre os títulos de rendimento fixo que permitem uma certa protecção

contra as flutuações das taxas de juro. Desde 1975 que são negociados em Chicago títulos representativos de créditos imobiliários e em Janeiro de 1976 foram introduzidos os contratos sobre obrigações do Tesouro Americano.

A engenharia financeira visando a análise dos riscos de taxa de juro e de câmbio veio a produzir novos instrumentos de gestão como os contratos a prazo, os "swaps" e as opções.

Os contratos a prazo

São mútuos que especificam um preço a prazo e uma data de vencimento.

O preço a prazo será igual ao preço a contado mais o custo de posse do activo financeiro (títulos, divisas). O custo de posse é fundamentalmente o custo do financiamento monetário da operação e subsidiariamente os encargos administrativos.

Na gestão dos fluxos de divisas, os utilizadores têm recorrido largamente ao mercado de câmbios interbancário ou através das compras e das vendas a prazo. Por exemplo, um exportador, detendo D.M., protegerá uma receita em dólares, vendendo a prazo esta moeda contra D.M.

A consequência mais importante duma tomada de posição no mercado a prazo interbancário de divisas é a simetria de ganhos e perdas. Por definição, as perdas cambiais resultantes dos movimentos de taxas são compensadas pelos lucros de natureza cambial no mercado a prazo.

A paridade é fixada no dia em que a compra (ou venda) a prazo é efectuada.



O FRA *

A compra ou venda de FRA convém em todas as situações de excesso ou défice de liquidez esperada no futuro.

É um instrumento de gestão de tesouraria utilizável tanto pelas instituições financeiras como pelas empresas. Podem citar-se como casos típicos de utilização, as entradas ou saídas futuras de liquidez, situação de dívida como a renovação de um euro crédito, deslocamento entre um investimento e o seu financiamento a longo prazo ou situação de créditos como receitas de exportação precedidas de despesas conhecidas de importação.

O FRA é um contrato entre duas partes, dois bancos, ou um banco e um cliente, garantindo mutuamente uma taxa sobre um montante determinado para um depósito a prazo em que a data de abertura é uma data futura. Uma indemnização é prevista pelas partes no contrato entre a taxa prefixada e as condições do mercado, eliminando a maior parte do risco de contrapartida. Também os rácios de balanço não são afectados, dado que o "FRA" é um contrato por assinatura não envolvendo capitais.

O "FRA" é trocado entre um futuro credor (vendedor do

* FRA - "Forward rate agreement"

FRA) e um futuro devedor (comprador do FRA).

Exemplo:

Em 23 de Abril de 1987 A vendeu a B um FRA 3/6 a 6,68% de 25 de Julho a 27 de Outubro de 1987, ou seja por 94 dias com início em 25 de Julho sobre 10 000 000 USD. A Libor a 3 meses fixada em 23 de Julho, em que o valor de 25 de Julho calculado é de 6,5625%. A ganhou a diferença entre 6,68% e 6,5625% ou seja 0,1175% durante 94 dias sobre 10 milhões USD.

As opções

São contratos a prazo opcionais com características que os tornam instrumentos sofisticados com sensibilidade aos preços a contado, às flutuações de mercado e ao afastamento da data de exercício.

Uma opção de divisas é um direito, não uma obrigação, de comprar ("calls") ou de vender ("puts") uma determinada quantidade de divisas contra uma outra moeda a uma taxa de câmbio fixa.

Este direito não é porém permanente e encontra-se limitado ao período que vai do dia de compra da opção até ao seu vencimento. Nesta data, o exercício do direito de opção efectua-se à taxa de câmbio convencionada antecipadamente e denominada preço de exercício.

Se este preço for superior ao câmbio do dia o detentor da opção pode prescindir do seu exercício, se se der o inverso o detentor da opção pode exercê-la com ganho.

Tradicionalmente era utilizado o mercado a prazo (compra ou venda a prazo de divisas) para cobrir o risco cambial, mas nos países onde existe o mercado de opções permite a utilização deste instrumento alternativo. A principal vantagem na sua utilização reside em que uma variação positiva da taxa

de câmbio pode gerar ganhos substanciais, o que não acontece através do método tradicional.

Mercado a prazo	Movimento favorável das divisas ----->	Nenhum ganho para a sociedade
	Movimento desfavorável das divisas ----->	Cobertura do risco de câmbio

Mercado de Opções	Movimento favorável das divisas ----->	Ganhos suplementares para a sociedade
	Movimento desfavorável das divisas ----->	Cobertura contra o risco cambial

A opção é um activo financeiro transaccionável entre um comprador e um vendedor.

Para obter esses direitos o comprador paga ao vendedor um prémio.

Quatro elementos determinam o preço de uma opção de divisa:

- O preço de exercício;
- O prazo de validade;
- O diferencial das taxas de juro das duas divisas em presença; e,
- A volatilidade das taxas de câmbio.

Relativamente ao preço de exercício, três casos se podem verificar numa opção de compra:

- O preço de exercício é superior ao preço do dia de avaliação da opção (out of the money);
- O preço de exercício é igual ao câmbio (at the money);
- O preço de exercício é inferior ao câmbio (in the money).

O prazo de validade da opção quanto mais largo for mais oportunidades deixa de exercício do direito de compra ou de venda com lucro.

O diferencial das taxas de juro tem um papel marginal na fixação do preço das opções, representando o custo de oportunidade de uma divisa relativamente à outra.

A volatilidade das taxas de câmbio tem um papel fundamental na avaliação das opções de compra ou de venda. Quanto mais voláteis são as taxas de câmbio maior é o preço das opções.

A utilidade das opções de câmbios no quadro duma gestão internacional de divisas é manifesta para a tesouraria das empresas e das instituições financeiras. Este novo instrumento destina-se particularmente a controlar o risco de câmbio em situação de incerteza.

Com as opções de divisas pode por exemplo obter protecção para uma depreciação possível do dólar, obtendo um lucro de uma eventual elevação da paridade desta divisa. As empresas também podem utilizar as opções de divisas para se protegerem do risco cambial em caso de pedido de oferta, e o seu custo pode ser integrado no preço proposto. As opções de divisas podem ainda permitir aos exportadores garantir um preço numa certa moeda sem com isso afectar a sua margem.

Opções de taxas

Mais complexo que o risco cambial, o risco de taxa é um elemento essencial no quadro de uma gestão de tesouraria dinâmica.

Esquemáticamente poder-se-á considerar dois grandes objectivos de natureza financeira:

- Optimizar a rendibilidade dos activos ou minimizar os custos dos recursos gerados; e,
- Controlar ou gerir os riscos associados às decisões de investimento ou de financiamento.

As opções de taxa são instrumentos de tipo condicional que podem facilitar a realização dos dois objectivos citados.

Uma opção é um direito de participação temporária na evolução dum mercado por intermédio do pagamento de um prémio.

O prémio é o preço do risco do vendedor da opção e reflecte:

- O lucro imediatamente realizável pelo exercício do direito. É o valor intrínseco; e,
- A incerteza ligada à evolução do produto subjacente. É o valor tempo.

A característica mais importante das opções (direito e não obrigação) confere uma dupla vantagem ao comprador:

- O efeito com risco limitado ao prémio pago; e,
- A limitação dos custos de oportunidade quando as opções são utilizadas na cobertura da posição.

As taxas variam e a sua evolução tem uma incidência directa e mensurável nos credores e nos devedores. Uma opção de dívida é o direito de obter um empréstimo de um certo montante por um dado prazo a uma taxa definida antecipadamente até uma data precisa.

Exemplo: "Call 7% Libor 6 meses 15 Dez. 1987

Prémio = 0,25%

Montante = US# 10 000 000

Uma opção com esta configuração é um meio de pagamento imediato através dum prémio de 0,25% ou seja:

$$\frac{0,25 \times 180 \times 10\,000\,000}{360} = \text{US}\# 12\,500$$

O detentor desta opção poderá pedir emprestado ao vendedor US# 10 000 000 a 6 meses à taxa de 7% entre a data da compra da opção e o seu vencimento (15 Dez. 1987). Ou, exigir do vendedor a reposição da diferença entre a taxa em vigor e a taxa de exercício "pro rata temporis", sobre US# 10 000 000 actualizada à taxa em vigor.

O vendedor da opção realiza imediatamente o prémio e obterá um lucro se a sua percepção do risco se revelar exacta "a posteriori". Encontra-se no entanto em situação de risco relativamente incontrolável.

Na hipótese em que as taxas se situem a um nível inferior a 7% até ao fim do prazo da opção, o seu detentor abandoná-la-á, perdendo o prémio.

Define-se a taxa de exercício* relativamente às taxas em vigor segundo três categorias:

- "In the money" - Trata-se de opções de valor intrínseco positivo, realizáveis imediatamente com lucro.
- "At the money" - São as opções em que a taxa de exercício é igual ou próxima das taxas em vigor. Estas opções possuem a incerteza máxima o seu prémio possui o maior valor tempo.
- "Out of the money" - A taxa de exercício afasta-se da taxa em vigor sem valor intrínseco (ex. "call" 8% ou "put" 6% com as taxas a 7%).

* Taxa de exercício = taxa da opção

As opções "In the money" são as mais próximas das coberturas a prazo. Com efeito o direito de obter um empréstimo a 6% quando a taxa a contado é de 7% não ultrapassa 1% (valor intrínseco). Esta opção é cara e a sua compra oferece pouco interesse face a uma baixa de taxas. Será suficiente que baixem a mais de 1% para que a opção seja abandonada.

Ao contrário, no caso de alta de taxas, será uma opção barata já que o valor tempo adquirido é mínimo.

SWAPS**

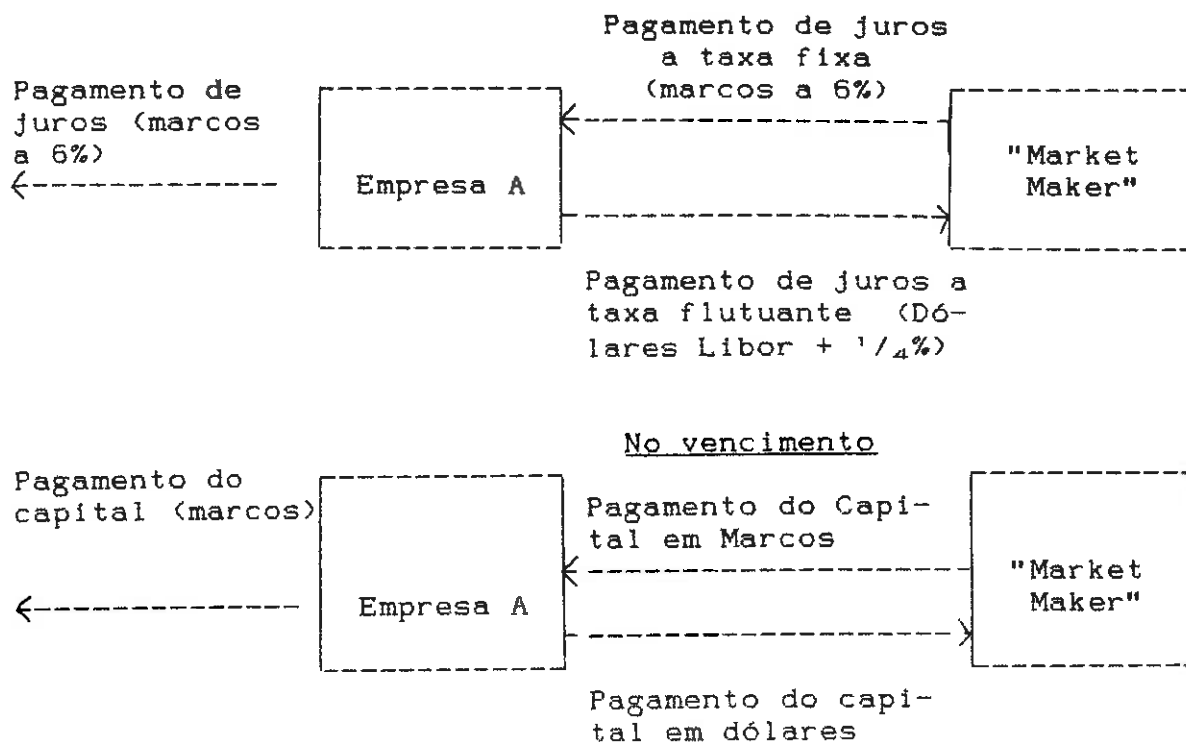
Um "swap" é uma operação de tesouraria, consistindo no intercâmbio de fluxos monetários no tempo e entre duas partes.

Os "swaps" podem efectuar-se entre moedas ou entre taxas de juro, permitindo gerir os riscos de câmbio e de variações de taxas, respectivamente. Os mutuários adaptam ou modificam por esse processo o perfil do seu património financeiro, activo ou passivo, quer escolhendo e alterando o "mix" das moedas que o compõem, quer aumentando ou reduzindo os componentes a taxa fixa ou variável.

Vamos considerar um exemplo de "swap" de moedas.

A empresa A é devedora numa operação em marcos a taxa fixa, desejando substituí-la por outra em dólares a taxa flutuante. Esta troca pode ser efectuada através dum "swap", esquematizado no diagrama seguinte.

* Troca ou permuta.



Com os fluxos recebidos pelo "swap" a empresa A honra os compromissos com um terceiro em marcos, pagando em troca dólares, neste exemplo a taxa flutuante, mas que também poderia ser fixa.

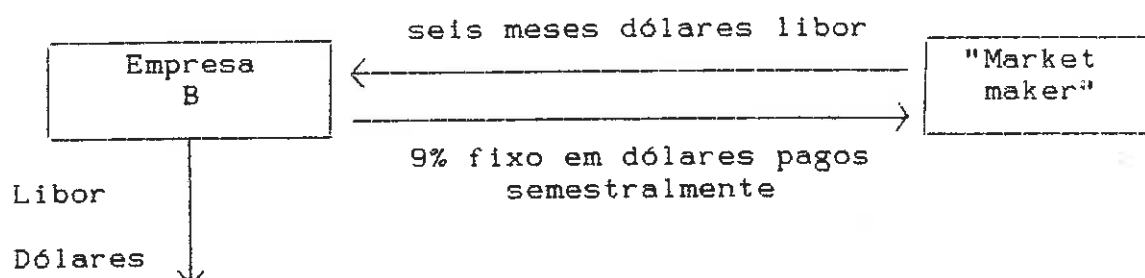
A paridade das duas moedas fixa-se no início do "swap" (marco/dólares=1,8), de tal modo que a empresa A receberá 6% sobre o montante fixado em Marcos durante a vida do "swap" e pagará o juro, à taxa Libor + 1/4%, sobre o montante equivalente em dólares.

No vencimento do "swap" ocorre a troca de capital, segundo o tipo de câmbio fixado no começo do "swap".

Os "swaps" de taxas de juro constituem hoje um mercado maior do que os "swaps" de moedas, particularmente sobre dólares.

Neste tipo de operação só se paga com uma variável: a taxa de juro, constituindo um instrumento ideal de gestão do risco de variação de taxas, quer do activo quer do passivo.

O "swap" é um contrato totalmente independente do risco que teoricamente pretende cobrir. No esquema seguinte,



o "Market maker" comprometeu-se a pagar um juro flutuante à empresa B, nunca assumirá porém o compromisso dessa empresa para com terceiros.

Do exposto resulta o facto de que num "swap" cada parte assume o risco da outra se por hipótese o "Market maker" não cumprir as obrigações decorrentes do "swap", em simultâneo

a empresa "B" fica livre de pagar o juro fixo, deixará de ter porém a cobertura desejada do risco da taxa de juro.

No início de funcionamento deste mercado os bancos assumiam o papel de intermediários e não executavam um "swap" enquanto não possuíssem um "swap" simétrico do outro lado eliminando portanto os riscos de movimentos no mercado relativos a variações cambiais e de taxas de juro. Actualmente a maioria dos intervenientes neste mercado gerem carteiras de "swaps" (por exemplo em dólares, em marcos etc) e estão preparados para cotar e assumir um "swap", independentemente de terem ou não contrapartidas. Isto favorece a rapidez de execução dos "swaps" e a sua adequação às necessidades da clientela.

O facto de os "Market makers" cotarem "swaps" sem terem necessariamente uma contrapartida não quer dizer que mantenham posições totalmente abertas durante o prazo do "swap".

Nos "swaps" de taxas de juro a cobertura temporal realiza-se do seguinte modo:

- Quando se realiza um "swap" no qual se está pagando um juro fixo, compra-se o montante apropriado de obrigações do tesouro e de vencimento idêntico ao "swap".

- Quando recebe o juro, vende-se a quantidade apropriada de obrigações.

O preço de um "swap" é função de dois factores:

- Rendimento das obrigações do tesouro com prazo idêntico ao do "swap", cujo rendimento varia em cada momento, reflectindo as expectativas sobre as taxas de juro; e,
- A margem ("spread over treasuries"), que varia de operação a operação em função dos seguintes factores:
 - Prazo do "swap";
 - Procura e oferta de fundos a taxa fixa; e,
 - Perfil da carteira de "swaps" de cada banco em particular.

Por exemplo:

Rendimento duma obrigação do tesouro =	8,4%
+ "spread"	<u>+0,7%</u>
Preço do "swap"	9,10%

Registando-se fora do balanço as operações de "swaps" não afectam a estrutura financeira.

Os "swaps" permitem por um lado minimizar os riscos de câmbio e de variação das taxas de juro e por outro lado, gerir activamente, os fluxos monetários, assegurando os recursos para as necessidades financeiras e as aplicações para os excedentes de tesouraria.

Existem porém fundamentalmente dois níveis de risco num "swap":

- O risco de contrapartida ou equivalência, que pode variar segundo a estrutura do "swap" e depender de fluxos reais trocados durante a vida do "swap".

- O risco de taxa - no caso de falhas de contrapartida, este risco pode ser medido pelo desvio de encargos financeiros nos diferentes prazos do "swap". Este risco aumenta com a volatilidade das taxas e encontra-se directamente ligado à vida do "swap".

III OS RISCOS DE INTERMEDIACÃO
FINANCEIRA

O "métier" do banqueiro é o risco

"Anónimo"

III OS RISCOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

III.1. O RISCO DE LIQUIDEZ

As concepções de gestão bancária até aos anos cinquenta, como as teorias do crédito comercial, da transferência de fundos ou do rendimento antecipado, fundamentavam-se na noção de que os bancos para responder ao levantamento maciço dos depósitos, precisavam de manter um determinado nível de fundos líquidos. O esforço dos bancos para expandir o crédito reduzia os activos líquidos e os fundos obtidos através do reembolso dos créditos apenas permitiam manter a dimensão constante.

Se o risco de levantamento maciço dos depósitos se encontra hoje limitado, a deterioração da qualidade do crédito não poderia deixar de afectar a liquidez das instituições de crédito, com consequências potencialmente devastadoras na confiança do público, que só a intervenção das autoridades monetárias, tem evitado, nalguns casos.

A compatibilização do risco de liquidez com uma situação de tesouraria deficitária através da capacidade substitutiva dos recursos permanentes, de exploração ou de tesouraria tem limites, que só a expansão do volume de recursos permite superar, assegurando o equilíbrio de tesouraria das instituições de crédito.

Actualmente as instituições têm ao dispor uma grande variedade de instrumentos de captação de recursos o que confere grande flexibilidade à gestão financeira. Podem emitir ou endossar títulos como obrigações de caixa, certificados de depósito, títulos de participação, obrigações, acções, recorrendo ao redesconto, aos mercados monetário e de capitais e obter fundos nos euromercados.

No mercado monetário interbancário, as instituições têm tido um comportamento solidário, o que tem também permitido a superação das dificuldades de liquidez. Estas operações têm um registo extrapatrimonial, o que a nosso ver torna indispensável a correcção do balanço, integrando aquelas contas no sentido de esclarecer a extensão do recurso ao mercado monetário.

INTEGRAÇÃO DAS CONTAS EXTRA-PATRIMONIAIS NO BALANÇO

Activo

Passivo

1. Operações de tesouraria	1. Operações de tesouraria
2. Operações c/a clientela	2. Operações c/a clientela
3. Outras operações finan- ceiras	3. Outras operações finan- ceiras
4. Valores imobilizados	4. Capitais permanentes

Contas extra-patrimoniais

1. Refinanciamento
2. Outras responsabilidades

O recurso excessivo ao refinanciamento e ao mercado monetário envolve porém um aumento de custos quando é certo que no curto prazo o equilíbrio de tesouraria deverá reflectir a aplicação de critérios de risco e de rendibilidade das instituições. A expansão do volume de recursos não é neutra relativamente à rendibilidade, não se podendo exoandir indefinidamente, pois ultrapassada a dimensão óptima, entra-se numa zona de deseconomias de escala. Cada categoria de recursos comporta um custo e o custo global dos recursos é igual ao custo de cada um deles ponderado pela sua parte no total do passivo. Admitindo que o custo marginal dos recursos

é crescente, a dimensão óptima será atingida assim que o rendimento de uma unidade de crédito suplementar for igual ao custo do recurso suplementar.

Consideremos um banco que procura maximizar o seu lucro num dado período de tempo e que conhece o montante dos recursos de que dispõe mas que ignora a evolução futura das taxas de juro. O seu balanço simplificado resume-se à equação:

$$L + C = D$$

L = Liquidez em moeda nacional;

C = Créditos;

D = Recursos captados (no público ou no mercado monetário).

Negligenciamos os recursos permanentes, o que não é totalmente irrealista se se tiver em conta a sua fraca importância numérica no balanço dum banco e a similitude dos montantes dos capitais permanentes e dos valores imobilizados em numerosos bancos.

A estrutura óptima do activo entre L e C ou seja aquela que permite maximizar o lucro depende da evolução prevista da taxa de juro no decurso dum determinado período.

Se o banco prevê um aumento da taxa de juro no período

considerado privilegiará C em detrimento de L , aumentando desse modo o seu risco de liquidez.

Considere-se que o banco avalia o crescimento do rendimento esperado decorrente dum aumento de C .

$$\text{Seja :} \quad \Delta R = r\Delta C$$

Onde r é a taxa de juro do nosso exemplo simplificado. Do mesmo modo o banco avalia o crescimento do risco de liquidez por um custo, seja ΔI .

Pode supor-se que este custo é igual ao custo de cessão dos efeitos representativos dos créditos sobre o mercado monetário e que cresce à medida que o banco cede os seus activos.

No total, o lucro do banco aumenta de:

$$\Delta P = \Delta R - \Delta I$$

Para obter um lucro máximo é necessário anular a derivada do lucro relativamente à alteração da estrutura do activo, $x = \frac{L}{C}$

$$\frac{dP}{dx} = \frac{dR}{dx} - \frac{dI}{dx} = 0$$

$$\frac{dR}{dx} = \frac{dI}{dx}$$

Isto significa que a estrutura do activo do banco será optimizada assim que o rendimento de uma unidade monetária de crédito suplementar for igual ao risco de liquidez procedente da modificação da estrutura do activo.

Os problemas de liquidez, particularmente originados pela deterioração do crédito, têm sido superados, no mercado interno, através:

- Da captação de depósitos, a taxas crescentes;
- Do recurso a fluxos compensatórios nos mercados monetários e de capitais;
- De subsídios do Estado à exploração, (bancos nacionalizados).

Esta relativa "eficiência" do sistema financeiro tem-se traduzido numa expansão dos recursos das instituições de crédito, transformando as dificuldades de liquidez em problemas de solvibilidade.

III.2. O RISCO DE TRANSFORMAÇÃO

O risco ligado à transformação de depósitos à ordem ou de curto prazo em empréstimos ou aplicações de longo prazo é um dos fundamentos da actividade bancária.

O risco de transformação inclui porém dois elementos que podem intervir conjuntamente, ou não, na gestão da transformação bancária:

- O risco de liquidez; e,

- O risco da taxa de juro

No primeiro caso, o risco de transformação sem risco de taxa resume-se ao risco de liquidez desde que a margem sobre um crédito estabilize, estando as taxas indexadas não ocorre nenhum risco de rendibilidade, sobrepondo-se ao risco de transformação.

No segundo caso, o risco de transformação é acompanhado do risco de taxa, o que constitui essencialmente um problema de estrutura invertida das taxas segundo os prazos, como acontece no caso de aplicações a médio/longo prazo financiadas por recursos exigíveis a taxa variável.

Este risco de transformação influencia quer a rendibilidade quer a solvibilidade. Logo que as taxas de curto prazo sejam superiores às taxas de longo prazo, as instituições registam uma perda de tesouraria sobre os activos adquiridos anteriormente a taxas fixas mais baixas do que a actual taxa do mercado a curto prazo. Por outro lado a carteira de activos a taxa fixa acusa menos valias.

Estas evoluções atingem principalmente as instituições que têm no seu balanço uma proporção de activos de taxa fixa, fundos do Estado ou empréstimos hipotecários. Por esta razão, o problema do risco de transformação é crucial para as Caixas Económicas e as Instituições públicas de crédito.

O risco de transformação externo é em geral menos elevado que o risco interno.

Desde o início que os euromercados limitaram com êxito este risco, concentrando-se quer sobre operações «back to back» quer em operações a taxa de juro variável em particular créditos «roll-over» e «floating rate notes».

Estas técnicas transferem todavia o risco de taxa de juro para os devedores. O exemplo da América Latina mostra como contribuíram para aumentar o risco de crédito e o risco de soberania.

Entre os vários rácios de análise do risco de transformação sublinharemos o rácio de transformação ponderado

$$= \frac{\text{Prazo médio das aplicaes}}{\text{Prazo médio dos recursos}}$$

Prazos	Prazo médio das aplicaes		Prazo médio dos recursos	
	% do Balanço Total	Coefficiente X %	% do Balanço Total	Coefficiente X %
Menos de 3 meses	28,2 %	0,42 meses	26,4 %	0,4 meses
De 3 a 6 meses	4,7 %	0,21 meses	6,1 %	0,27 meses
De 6 meses a 1 ano	4,1 %	0,37 meses	5,7 %	0,51 meses
De 1 a 2 anos	6,2 %	1,12 meses	3 %	0,54 meses
De 2 a 5 anos	10 %	4,2 meses	4,7 %	1,97 meses
Mais de 5 anos	18,1 %	15,2 meses	4,1 %	3,44 meses
		21,52 meses		7,13 meses

$$\text{Logo } \frac{\text{Prazo médio de aplicações } 21,52}{\text{Prazo médio dos recursos } 7,13} = 3,02$$

III.3. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro não se encontra directamente ligado à transformação bancária.

Em rigor o risco de taxa de juro só existe quando a transformação bancária é acompanhada:

- Quer de taxas fixas;
- Quer de taxas de remuneração não ligadas ao custo dos recursos.

A percepção do risco de taxa de juro está ligada a uma análise rubrica a rubrica das margens por cada tipo de aplicação e cada tipo de recurso, sobre um horizonte determinado e tendo em conta uma hipótese de renovação dos créditos. A instituição definirá o seu risco de liquidez no quadro dum horizonte determinado e o seu risco de taxa de juro na base da natureza das aplicações e da natureza dos recursos.

Segundo a teoria económica, as taxas de longo prazo deveriam situar-se a um nível estruturalmente superior às taxas de curto prazo. No entanto, crises de liquidez podem conduzir a que taxas de curto prazo se tornem superiores a taxas de longo prazo; esta configuração aberrante das taxas pode pontualmente confrontar um banco com uma importante deterioração da sua rendibilidade e coloca os problemas da sua

capacidade de resistir a uma crise traduzida num desequilíbrio das taxas de juro ou seja da sua solvibilidade.

As aplicações bancárias a taxas indexadas estão geralmente ligadas à taxa de desconto e só indirectamente seguem a taxa do mercado monetário.

A taxa de desconto bancária pode ser analisada como a taxa de mercado monetário majorada por um coeficiente, visando remunerar o custo administrativo dos créditos.

A estrutura das aplicações e dos recursos das instituições financeiras induz efeitos variáveis.

As aplicações comerciais estão ligadas à taxa de desconto, enquanto que os depósitos à ordem e contas em regime especial podem ter um comportamento de custos fixos. As aplicações e os recursos de tesouraria estão ligados às taxas do mercado monetário.

Deste modo, um banco dispendo de depósitos à ordem muito importantes sofrerá uma degradação sensível da sua rendibilidade em período de baixa de taxas activas; inversamente, um banco em que grande parte dos recursos são constituídos por depósitos a prazo pode registar problemas de rendibilidade no caso de alta de taxas de juro.

A gestão do risco de taxas de juro não se pode resumir ao controle de uma simples taxa de remuneração, na medida em que este risco resulta:

- De flutuação de taxas do mercado monetário e da taxa de desconto bancário;
- De fenómenos de inércia (na alta e na baixa) da taxa de desconto relativamente às taxas de mercado monetário ; e
- Da estrutura de aplicações e recursos da banca.

Na análise da rendibilidade bancária três casos se podem dar:

(1º) As aplicações ligadas à taxa de desconto são financiadas por recursos cujo custo se encontra relacionado com as taxas do mercado monetário e por recursos a taxa fixa (contas a prazo e obrigações de caixa).

Neste caso a instituição financeira assegura um certo equilíbrio entre a actividade a taxa fixa e a actividade a taxa indexada.

(2º) As aplicações ligadas à taxa de desconto são financiadas por recursos a taxas fixas, elas próprias

investidas em aplicações ligadas à taxa do mercado monetário (contas à ordem e contas de poupança de regime especial).

Caracteriza os bancos fortemente excedentários em depósitos à ordem de particulares (bancos comerciais) e que são muito vulneráveis a quebras das taxas de juro.

(39) Os recursos ligados à taxa do mercado monetário financiam as aplicações ligadas à taxa de desconto e de aplicações à taxa fixa.

Neste caso, o banco encontra-se particularmente vulnerável a uma elevação da taxa de juro.

III.4. O RISCO DE CÂMBIO

A internacionalização conduziu à multiplicação e à diversificação de operações cambiais à ordem e a prazo. A flexibilidade dos câmbios aumentou os riscos inerentes a estas operações.

Os cambistas aprenderam que as possibilidades de especulação num único sentido que oferecia o sistema de "Bretton Woods" alteraram-se num mundo onde o US Dólar, a divisa padrão, se tornou flutuante.

Também se pode afirmar que uma gestão mais prudente dos riscos cambiais é devida a uma melhor organização interna das instituições financeiras e mais adequada supervisão pública dos bancos centrais.

Já o mesmo não se poderá dizer dos riscos cambiais suportados pela indústria como o evidenciam as enormes perdas de origem cambial principalmente nos anos de escalada do dólar que não puderam ser evitadas e tiveram repercussão no sistema bancário.

III.5. O RISCO DE CRÉDITO

Quando nos referimos ao risco de crédito, queremos significar o risco de ocorrência de perdas relativas à suspensão de reembolso da clientela industrial, particulares e outras instituições financeiras.

Coloca-se por vezes um problema de localização dos riscos. Um crédito concedido a pedido de uma casa-mãe a uma das suas filiais no estrangeiro reporta-se muitas vezes pelas cláusulas do contrato e pelas garantias afectas muito mais a um risco externo.

1º O risco de crédito interno

O risco de crédito no mercado interno aumentou depois dos choques petrolíferos, sob influência da desindustrialização e do enfraquecimento da estrutura financeira das empresas.

O risco de crédito interno apresenta actualmente certas características que se devem ter em conta na gestão do crédito:

- O risco de falência ameaça também as empresas de grande dimensão (siderurgia, cerâmica, petroquímica,

estaleiros navais, etc.), o que significa que a grande clientela das instituições financeiras não se encontra ao abrigo de tais dificuldades;

- A violência de certos choques do ambiente e o enfraquecimento da estrutura financeira das empresas tem como consequência que os resultados satisfatórios podem rapidamente transformar-se em perdas que ameacem a própria existência das empresas;
- Os riscos sobre o estrangeiro das empresas nacionais como as empresas exportadoras ou de obras públicas e construção (riscos cambiais) e riscos sobre projectos no exterior) influenciam muito os riscos internos de crédito dos bancos;
- Somente a intervenção do Estado tem podido impedir uma deterioração cumulativa da estrutura industrial e da estrutura de crédito (Garantias do Estado, Subsídios, Acordos e Contratos).
- Quanto mais progredirem o desemprego e as restrições mais crescerá o risco sobre particulares, sobretudo no caso dos empréstimos hipotecários mas também nos empréstimos pessoais. A perda de um rendimento em dois em caso de desemprego, ou de divórcio, pesa actualmen-

te sobre o bom fim de numerosos empréstimos hipotecários;

- As dificuldades aumentam muitas vezes nos segmentos de crédito onde as instituições possuem menos experiência. É o fenómeno da despecialização que avassalou o sistema financeiro e que fez aumentar o risco do crédito. É o caso do crédito comercial efectuado pelas caixas económicas ou de poupança, empréstimos a longo prazo efectuados pelos bancos comerciais.

2º O risco de crédito externo

Este risco é designado em França por "risque-pays" e em Inglaterra por "country risk", dependendo a sua intensidade em cada momento de factores económicos, políticos e sociais:

- Crescimento do rendimento real "per capita";
- Nível de inflação e estabilidade dos preços e dos custos de produção;
- Equilíbrio orçamental entre a carga fiscal e a despesa;
- Estabilidade e concertação social;
- Equilíbrio entre o consumo privado e público e a capacidade produtiva;
- Saldo da balança de pagamentos;

- Reservas de ouro e divisas; e,
- Nível do investimento directo.

O risco de ocorrência de perdas relativas a operações efectuadas em países subdesenvolvidos, designadamente na América Latina, como o Brasil, o México, a Argentina e a Venezuela, tem assumido dimensão preocupante, acompanhando o desenvolvimento da internacionalização das operações bancárias e a expansão dos créditos externos dos bancos ocidentais.

Também os bancos portugueses se envolveram em operações nesses países, designadamente "créditos sindicados", liderados por grandes instituições estrangeiras, principalmente através das suas sucursais no exterior.

Têm constituído factores específicos de risco de crédito externo:

- O financiamento de projectos com a intervenção de empresas inexperientes e sem o conhecimento suficiente dos países em vias de desenvolvimento e ainda com um deficiente controle de execução desses projectos por parte das instituições financeiras;
- A aceitação de devedores por créditos comerciais em função da promoção das exportações e da cobertura oferecida pelos patrocinadores; e,

- A diluição do controle das operações sindicadas.

Sublinhe-se que, de acordo com a orientação internacional, os riscos assumidos pelas sucursais dos bancos, repercutem-se nas casas-mãe que devem assumir a responsabilidade pela sua solvibilidade, ainda que aquelas apenas exerçam uma actividade parabancária.

III.6. O RISCO DE SOBERANIA

O risco de soberania, ou seja o risco de que um país como entidade distinta dum devedor específico, não possa respeitar os compromissos para com os credores, ou lhes ponha fim de maneira abrupta, como recentemente no caso do Brasil, é um fenómeno recente na história financeira desde a 2ª Guerra Mundial. Este risco tem-se adensado desde 1981, constituindo hoje grande preocupação nos meios financeiros internacionais, afectando zonas geográficas inteiras como a América Latina.

Para Portugal, assumem particular importância os créditos concedidos às ex-colónias em África, principalmente Angola e Moçambique.

O risco de soberania atingiu um nível crítico pelo jogo combinado dos seguintes factores:

- Um nível de endividamento excessivo dos países em vias de desenvolvimento;
- Taxas de juro elevadas; e,
- Uma queda imprevista das receitas de exportação.

III.7. O RISCO OPERACIONAL

No domínio dos riscos ligados à montagem e à execução de operações bancárias e financeiras, é um facto que alguns deles foram diminuídos por uma melhor organização dos serviços.

Por outro lado, a informatização crescente das operações aumentou outros riscos, por exemplo, na movimentação de fundos.

A difusão dos riscos operacionais é geral. Estes riscos resultam do funcionamento da globalidade da instituição e dizem respeito por este facto a todos os níveis de responsabilidade, e a todos os escalões de execução.

Considera-se ainda geralmente que as operações internacionais são uma fonte dos riscos operacionais mais elevada por diversas razões:

- A diferença horária;
- A distância e a insuficiente comunicação;
- A falta de controle sobre os estabelecimentos no estrangeiro.

Isto é sobretudo verdadeiro para os bancos que

constituíram a sua própria rede no estrangeiro. No que se refere às relações com os correspondentes, a fiabilidade das operações foi favorecida pela melhoria das redes de comunicação por telefone, telex e por transmissão electrónica "Swift".

Por outro lado nos euromercados esta fiabilidade foi aumentada pela selectividade na outorga das linhas de crédito e pelo estabelecimento de regras de boa conduta.

Podemos classificar os riscos decorrentes da revolução informática na actividade bancária em cinco grandes categorias:

(1) Interrupção das actividades -

Para as aplicações "on-line", uma avaria dos sistemas pode ter efeitos prejudiciais sobre a actividade comercial, acumulando-se o trabalho muito rapidamente. É necessário defender as instalações e o equipamento informático dos elementos naturais (incêndios, campos magnéticos, etc.). Algumas vezes as interrupções têm acontecido por actos de pirataria informática.

(2) Más decisões devidas a erros informáticos -

Erros informáticos podem produzir-se de diferentes maneiras e influenciar as decisões se assentes em dados inexactos ou incompletos.

(3) Riscos ao nível do desenvolvimento informático -

A qualidade e a eficácia do serviço dos bancos estão estreitamente ligados à informática, de modo que todo o erro de planeamento ou desenvolvimento de novos sistemas pode produzir sérias consequências comerciais.

O atraso em lançar um novo serviço ou o desenvolvimento de sistemas inadequados de informática pode colocar um banco em posição desfavorável relativamente à concorrência.

(4) Divulgação ilícita de informações confidenciais -

O acesso às informações sensíveis armazenadas nos sistemas informáticos pode comprometer o carácter confidencial relativamente à clientela.

(5) Fraude -

As perdas devidas à fraude informática podem ser consideráveis, particularmente para as instituições financeiras. A fraude informática favorecida pela rapidez de execução abre um novo campo de actividades ao crime organizado. É pois necessário levar a cabo procedimentos de controle e de garantir a segurança das instalações informáticas; No sentido de evitar a destruição, o roubo, a alteração ou a utilização indevida de dados. Pelo que se torna necessário proteger as instalações de pessoas estranhas às instituições como (espiões, empregados de sociedades de manutenção, etc.).

A gestão do risco informático consistirá em manter sob controle e vigilância os fluxos de informação, a continuidade e a fiabilidade do sistema através de procedimentos de segurança informática, auditoria contabilística, gestão e seguro, de modo a não comprometer a capacidade de processamento das transacções.

O desenvolvimento tecnológico informático deve estar de acordo com as estratégias definidas para o mercado e os produtos, exigindo-se a minimização das probabilidades de inêxito ou obsolescência.

III.8. O RISCO NO MERCADO DAS EURODIVISAS

As margens e os lucros no mercado das eurodivisas têm vindo a declinar enquanto que os riscos reais ou potenciais estão a aumentar com a maior velocidade, dimensão e complexidade das transacções. Sublinharemos os seguintes aspectos:

1º Os agentes (dealers) dispõem de uma larga autonomia nas operações e no mercado mas o controle sobre eles exercido é mínimo, diferentemente dos empréstimos comerciais ou industriais.

A qualidade dos créditos a outras instituições não é cuidadosamente avaliada pelos agentes muito mais orientados para a análise do mercado monetário do que das instituições.

A autonomia que permite aos agentes obter lucros rapidamente também lhes consente posições especulativas.

2º O desequilíbrio da estrutura de prazos aumenta desde que as dívidas de curto prazo sejam utilizadas para financiar projectos de capital a longo prazo.

3º A dificuldade para ajuizar a qualidade do crédito concedido às instituições financeiras.

A solvibilidade bancária é difícil de julgar quando o

balanço consolida depósitos em eurodivisas ou omite negócios contingentes ou duvidosos.

4º Eurodólares é dinheiro sensível. Um banco que dependa muito dos eurodólares pode ver um fluxo de saída se as taxas noutros países aumentarem.

As transacções são tipicamente elevadas e os depositantes são muito sensíveis a variações da taxa de juro

5º Uma longa cadeia de bancos encontra-se em muitas operações interposta entre o credor original e o devedor final, expondo todos os credores a numerosos riscos, de câmbio, políticos e ao risco do devedor.

O credor inicial e os bancos da cadeia dependem sobre o último banco para efectuar um empréstimo prudente, no entanto algumas transacções em eurodólares são efectuados para negócios de ocasião ou com propósitos especulativos.

III.9. OS RISCOS EXTRA-PATRIMONIAIS

As operações ligadas à finança comercial, negócios cambiais e de comércio internacional em franco desenvolvimento, como sejam cartas de crédito, ou "bidbonds", não constam do activo das instituições, mas comportam riscos não desprezáveis que também estão presentes noutras operações como a emissão e confirmação de créditos documentários, endossos, garantias, "performance bonds" ou venda de activos.

O desenvolvimento do papel dos bancos nos mercados de capitais também envolve riscos, por vezes subtis, com expressão extra patrimonial, como seja:

- Riscos de tomada firme e de garantia de cobertura financeira de operações com acções, obrigações e outros títulos; e,
- Conversão de dívidas em certificados negociáveis

A utilização de novos instrumentos financeiros em larga escala está a atribuir uma dimensão maior à área extra balanço, designadamente no caso dos empréstimos emitidos em conexão com "eurocomercial paper", ou no caso das "euronotes facilities".

Alguns bancos centrais vêem com preocupação a emissão de "euronotes" na sua moeda, como o Banco de Inglaterra, que exige que estas operações sejam tomadas em conta no cálculo do rácio de activos de risco.

As operações de gestão de risco de câmbio e de taxa de juro, "futures", "options" e "swaps" envolvem também riscos com expressão crescente fora do balanço (vidé cap. II.11.2.).

III.10. O RISCO DE SOLVIBILIDADE

A solvibilidade das instituições de crédito radica na noção de protecção quer dos accionistas quer dos depositantes, sendo financeiramente assegurada pelos capitais próprios. A função económica dos capitais próprios é porém relativamente complexa dado que se o capital protege teoricamente os depositantes, é a liquidez dos activos que permite o levantamento dos depósitos.

Um determinado nível de capitais próprios só pode absorver uma limitada variação negativa no rendimento do "portfolio", provocada pela deterioração da qualidade do crédito e pela erosão da liquidez.

Torna-se portanto necessário encontrar critérios que relacionem o risco do "portfolio" com o nível de capitais próprios, fixando rácios de solvibilidade susceptíveis de evitar a prazo uma insuficiência de activos líquidos das instituições de crédito.

As estratégias agressivas de captação de recursos alheios podem aumentar o risco de solvibilidade. É o fenómeno do "financial gearing" (relação capitais próprios/capitais alheios); o recurso aos capitais alheios aumenta a rendibilidade dos capitais próprios desde que a rendibilidade

dos recursos totais seja superior ao custo de capital, mas por outro lado aumenta o risco porque torna o rendimento esperado menos protegido face a qualquer acontecimento que afecte a "performance" do activo, como a deterioração da qualidade do crédito.

O risco financeiro causado pelo endividamento adicional pode ser medido pelo β do capital próprio (risco dos accionistas) e o β do activo (risco do negócio).

Exemplo:

Capital próprio	-	10 000
Passivo	-	10 000
Activo	-	20 000

$\beta = 0,8$ (risco do negócio)

$r = 12\%$ (rendibilidade do activo)

$r_f = 5\%$ (taxa de juro do passivo)

$r_e = ?$ (rendimento do capital próprio)

r (activo) = r_f (passivo) + r_e (capital próprio)

$0,12 (20\ 000) = 0,05 (10\ 000) + r_e (10\ 000)$

$$r = 2\ 400$$

$$r_f = 500$$

$$r_e = \frac{1\ 900}{10\ 000} = 19\% > 5\%$$

(prémio de risco = 14%)

Relativamente ao risco, teremos:

$$\beta(\text{Activo}) = \beta(\text{passivo}) \frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}} + \beta(\text{cap. próprio}) \frac{\text{Cap. Próprio}}{\text{Activo}}$$

$$0,8 = 0 (0,5) + \beta(\text{cap. próprio}) (0,5)$$

$$\beta(\text{capital próprio}) = 1,6$$

$$\beta(\text{capital próprio}) > \beta(\text{activo})$$

$$1,6 > 0,8$$

O risco do capital próprio é deste modo superior ao risco do activo, e será tanto maior quanto mais se elevar o recurso a capitais alheios.

Tradicionalmente os rácios de solvibilidade relacionam os capitais próprios com o imobilizado líquido, exigindo-se neste último caso, pelo menos o valor 1.

Este rácio como critério de controle da solvibilidade é porém insuficiente por três razões:

- Não mede nem controla as consequências da deterioração do crédito ao nível do capital;
- Permite aos bancos a "fuga para a frente" ao nível da expansão dos activos com o concurso de taxas crescentes de recursos alheios;
- Não integra e não controla os riscos associados a operações com expressão extra-patrimonial, cuja importância é cada vez maior.

Tendo em atenção as necessidades de solidez do sistema financeiro e de protecção dos accionistas dos bancos e dos depositantes, nalguns países desenvolveram-se rácios de cobertura de riscos.

Referiremos dois casos a título ilustrativo, a França e os Estados Unidos.

Em França os capitais próprios devem representar pelo menos 5% do crédito concedido. Esta percentagem exprime no fim de contas o montante de prejuízos do "portfolio" suficiente para anular a situação líquida e fundamenta-se numa estimativa de capitais próprios líquidos * face a uma análise de créditos em função dos seus riscos específicos.

As modalidades de cálculo traduzem uma abordagem qualitativa do "portfolio", uma vez que certos créditos só serão parcialmente integrados no denominador de acordo com as garantias que lhe estão afectas.

É assim que:

- Não são integrados senão 2,5% das responsabilidades por assinatura acordados em favor de intermediários financeiros;
- Não são integrados senão 5% dos outros créditos concedidos a intermediários financeiros;

* Cálculo dos capitais próprios líquidos

+ Capital social	- Reserva regulamentada (imóveis)
+ Reservas	- Provisão regulamentada de reavaliação das imobilizações amortizáveis
+ Provisões	- Accionistas (capital não liberado)
+ Títulos participativos	- Encargos de estabelecimento
	- Imobilizações incorpóreas
	- Títulos de filiais, participações e empréstimos participativos

- Não são integrados senão 10% das obrigações caucionadas;
- Não são integradas senão 20% dos créditos hipotecários;
- Não são integrados senão 25% das garantias a favor da clientela para além das obrigações caucionadas (10%) e garantias imobiliárias (integradas a 50%);
- Não são integradas senão 10% dos créditos a médio e longo prazo destinadas à aquisição ou arranjo de habitação garantidos por hipoteca ou privilégio hipotecário;
- Não são integrados senão 75% das obrigações à cotação oficial;
- São excluídos do cálculo o montante das garantias e contragarantias recebidas.

O anexo VI ilustra os quadros e o método de cálculo do rácio de cobertura de riscos.

Tendo em conta a sua natureza e as suas modalidades de cálculo, o rácio de cobertura de riscos pode variar em função:



- Da evolução global do envolvimento bancário;
- Da natureza do risco desse envolvimento;
- Da evolução dos capitais próprios (principalmente por aumento do capital);
- Da rendibilidade e da política de distribuição de lucros da instituição.

Se, por exemplo, o banco prevê uma progressão de 15% de créditos relativos ao denominador do rácio, o indicador de 5% exigirá para ser mantido, um crescimento equivalente de fundos próprios de +15%.

Se o banco não pode aumentar os seus fundos próprios senão através da retenção de lucros estes devem representar 15% dos fundos próprios iniciais. Supondo que a taxa de distribuição de lucros se eleva a 33% o lucro deverá elevar-se antes da distribuição a 22,5% dos fundos próprios, e o banco deverá exigir sobre os créditos uma rendibilidade igual a:

$$\frac{\text{lucro (22,5\% dos fundos próprios)}}{\text{crédito concedido}}$$

O rácio de cobertura dos riscos estabelece pois uma ligação directa entre a taxa de crescimento e a taxa de

rendibilidade do banco e constringe as estratégias de fuga para a frente ao nível da concessão de créditos. Particularmente os bancos com elevados custos fixos (operational leverage), difíceis de reduzir, tenderão a aumentar o activo correndo o risco de efectuar aplicações em activos de margem bruta reduzida ou em activos de crédito de má qualidade. Esta ligação pode ser esquematizada pela fórmula:

$$\begin{array}{l} \text{Taxa de crescimento} \\ \text{interna do banco} \end{array} < \frac{\text{Margem líquida sobre créditos}}{\text{Coeficiente de cobertura de riscos}} \times (1-p) \times 100$$

p = taxa de distribuição de lucros

$1-p$ = taxa de reinvestimento dos lucros

Por outras palavras a taxa de crescimento do envolvimento bancário não pode ser superior ao quociente da margem líquida depois de impostos pelo coeficiente de cobertura dos riscos (5%), tendo em conta a taxa de distribuição de lucros.

O rácio de cobertura de riscos estimula deste modo, pelos constringimentos que impõe, o recurso aos mercados de

capitais, colocando-se às instituições financeiras a escolha entre duas estratégias segundo o critério do custo de capital.

- Ou maximizar a sua evolução na bolsa, proporcionando-lhe aumentos de capital tanto mais interessantes quanto maior for a capitalização bolsista; ou,
- Negligenciar a sua capitalização bolsista, assegurando um crescimento na base dos recursos internos, o que pressupõe uma rendibilidade elevada ou uma opção de controle do crescimento e limitação de compromissos.

As exigências em matéria de capital têm acompanhado o nível e a diversificação dos riscos dos activos e mesmo das contas extra-patrimoniais das instituições financeiras.

A revista "The banker", de Março de 1986 fez-se eco de estudos das autoridades monetárias dos Estados Unidos (FED), que, com base nos conceitos de risco, estabeleceu uma escala de ponderação de risco dos activos das instituições financeiras. (Vidé anexo VII).

Tais conceitos vieram a ter aplicação num acordo anglo-americano sobre solidez das instituições financeiras, o qual chamou a especial atenção para os riscos extra-balanço, área da actividade financeira em expansão acelerada.

A apresentação de indicadores mínimos de solvibilidade, tem tido como suporte, nalguns casos, a sobrevalorização dos resultados de exploração através dos seguintes mecanismos:

- Considerando como crédito normal, operações de reembolso duvidoso, contabilizando como proveitos, juros também de difícil cobrança; e,
- Constituindo provisões de montante insuficiente para créditos duvidosos, ou efectuando a sua transferência de exercícios passados para a conta de resultados do exercício em curso.

A melhoria da solvibilidade com "verdadeiros" fundos próprios deve constituir um desafio para cada instituição no equilíbrio delicado do balanço e da sua actividade, na procura da rendibilidade satisfatória, permitindo a constituição de provisões e reservas.

IV ANÁLISE E GESTÃO DOS RISCOS
DE CRÉDITO

"The ablest banker is the one who knows how not to do business, meaning what kind not to do, and when to do as little as possible."

"James Stillman"

"City Bank"

"Arriscaria o meu próprio dinheiro nesta operação?"

"Analista de crédito"

IV ANÁLISE E GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO

IV.1. MÉTODOS FINANCEIROS DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Não cabe neste trabalho efectuar um desenvolvimento sobre as técnicas de base financeira quer para avaliação patrimonial das empresas, quer da sua situação económico financeira quer dos estudos de viabilidade e oportunidade de projectos de investimento.

Pelo que nos deteremos muito sinteticamente pelos instrumentos que neste domínio são geralmente utilizados.

O objectivo neste capítulo é mais o de tratar e mostrar o valor relativo, os limites desses instrumentos e a necessidade que as instituições financeiras têm de desenvolver outros critérios e técnicas de avaliação do risco de crédito.

IV.1.1. OS INSTRUMENTOS CLÁSSICOS

A análise do balanço

O balanço ocupa um lugar essencial na Análise Financeira, na medida em que permite efectuar juízos sobre o equilíbrio da política de investimento e sobre a gestão das necessidades de exploração e da política financeira, bem como da situação patrimonial da empresa.

A análise da Conta de Resultados

A análise da conta de resultados permite:

- Uma apreciação da rendibilidade da empresa;
- Uma apreciação da estrutura das margens; e,
- Uma análise da estrutura dos encargos de exploração.

O resultado bruto de exploração antes dos encargos financeiros é uma verdadeira medida do excedente de fundos gerado pelo processo de exploração. Uma tal análise permitirá à instituição de crédito formular interrogações e definir mais exactamente as forças e as fraquezas da empresa estudada no plano económico e comercial.

O método dos rácios

Com base no balanço e na demonstração de resultados é possível alargar a análise constituindo rácios que permitam apreciar:

- **A liquidez** - Ou seja a aptidão da empresa para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, tendo em conta o seu stock e os créditos sobre clientes; Rácios de liquidez e o fundo de maneiio.

- **A solvibilidade** - Representa a possibilidade dos credores, em caso de cessação da actividade da empresa, se fazerem reembolsar pela liquidação dos activos daquela. Pode ser medida pelo peso e importância dos capitais próprios e traduz-se pela relação destes com o passivo e com o activo; Rácios de autonomia financeira

- **A rendibilidade** - Ou seja a relação entre os lucros e o activo, as vendas e os capitais próprios da empresa.

- **A rotação e o funcionamento** - São rácios que apreciam os prazos de pagamento a fornecedores de clientes e ainda a rotação das existências quer de matérias primas quer de produtos acabados.

Os mapas de origem e aplicação de fundos

Elaborados a partir de dois balanços sucessivos os quadros de origem e a aplicação de fundos permitem uma análise dinâmica dos movimentos financeiros que caracterizam a empresa num dado período.

Têm em vista com efeito:

- Explicar a evolução do fundo de maneio através da análise da política de investimento e da política financeira da empresa;
- Explicar a evolução das necessidades do fundo de maneio pela análise das necessidades e dos recursos ligados ao ciclo de exploração; e,
- Estudar a coerência das políticas seguidas pela empresa e principalmente o equilíbrio entre o fundo de maneio e as necessidades do fundo de maneio.

A previsão financeira

Os métodos de previsão financeira desenvolveram-se com base nos estudos e análises de projectos de investimento e de reestruturação financeiras das empresas.

Também o desenvolvimento dos créditos de médio prazo impuseram, às instituições financeiras, a utilização de métodos de previsão financeira.

Enquanto que no crédito de curto prazo a análise das contas de depósitos do cliente dá à instituição financeira indicações muito significativas sobre a evolução da tesouraria da empresa, permitindo extrair ilacções sobre a sua saúde económica, no crédito de médio prazo só a irregularidade dos reembolsos, verificada "a posteriori", revela à instituição financeira as dificuldades da empresa. Daí a importância da análise antecipada da capacidade de reembolso da empresa, o que é geralmente estimado a partir da análise comparativa do "cash-flow" e do endividamento a prazo. Estas análises apoiam-se na elaboração de:

- Orçamentos de tesouraria que apresentam as previsões de exploração em vários anos e incluem o conjunto dos fluxos afectando a tesouraria da empresa; e,
- Planos de investimento e de financiamento que analisam as consequências dum programa de investimentos sobre as necessidades de fundos da empresa e servem de base à montagem dos financiamentos apropriados.

A simulação financeira

A simulação financeira consiste em efectuar análises de sensibilidade aos factores que conduzem nos mapas de previsão financeira à obtenção de diferentes resultados. Consiste em aprofundar a relação da incerteza com a previsão financeira.

Hoje a simulação financeira por computador está muito vulgarizada e constitui precioso auxílio de análise do risco, particularmente de projectos de investimento.

A avaliação dos projectos de investimento assenta no princípio de que a produtividade do capital é medida pela taxa de rendibilidade.

A dificuldade maior de qualquer método de simulação financeira consiste no grau de incerteza ligado a cada pressuposto.

A simulação financeira permitirá porém melhor avaliação dos riscos ligados à gestão do projecto como sejam:

- Medir o efeito do atraso de execução do projecto, o que normalmente implica:

- Atraso no fluxo do "cash-flow"; e,

• Elevação dos custos de investimento.

- Medir o efeito de aumentos de custos quer de investimento quer de exploração; e,
- Medir o efeito de variações quer nos preços quer nas quantidades vendidas.

IV.1.2. INSUFICIÊNCIA DAS ANÁLISES DE BASE FINANCEIRA

A análise financeira assenta nos elementos contabilísticos das empresas cuja fiabilidade é muito relativa, por duas ordens de razões:

- A orientação fiscal dos registos contabilísticos tendente a ocultar resultados tributáveis; e,
- O efeito deformador da inflação, criando ilusão monetária e redundando geralmente na deterioração da tesouraria das empresas.

A análise do balanço apresenta algumas limitações ligadas ao seu grau de imprecisão (omissões, reservas ocultas, prejuízos ocultos) e ao seu carácter pontual (dependente de regularização de contas).

Para que a partir da análise do balanço se possam formular conclusões quanto à solidez financeira da empresa torna-se indispensável efectuar uma correcção que permita colocar em evidência:

- Os activos fictícios;
- A situação líquida real obtida;

- O passivo exigível a médio e a longo prazo;
- O passivo com privilégio creditório, dívidas ao Estado, à Segurança Social e os créditos garantidos com hipoteca ou penhor.;
- As reservas ocultas;

As análises de solidez financeira, normalmente associadas ao nível de capitais próprios, exigem complementarmente a apreciação da flexibilidade da empresa, designadamente:

- O peso dos custos fixos na exploração da empresa ("operational gearing");
- A capacidade da empresa em limitar e controlar os riscos de actividade, o que muitas vezes é negligenciado nas análises de crédito; e,
- O acesso aos mercados de capitais e ao sistema financeiro.

No que refere às técnicas de previsão financeira, por mais sofisticadas que se apresentem, não podem significar por si só para a instituição financeira, nem a exactidão das estimativas elaboradas nem o interesse económico do programa de investimentos proposto.

As instituições financeiras devem saber defender-se da aparente precisão e complexidade das previsões apresentadas e que podem dissimular uma percepção inexacta do risco económico da empresa, geralmente subestimado pelo empresário.

Na avaliação de projectos de investimento, os inêxitos advém normalmente:

- De erro na análise das oportunidades de investimento, quer dos factores internos à empresa (descapitalização, inexperiência), quer por razões externas (contração do mercado, inovação tecnológica);
- De falhas de informação estatística e contabilística ou de análise subjectiva da correlação de dados relativos ao projecto, redundando na modelização errónea dos fenómenos económicos.
- Da modificação imprevista do meio económico, social e político.

Os erros e insuficiências de avaliação de projectos de investimento têm normalmente expressão aos seguintes níveis:

- 1º - Ao nível da execução do projecto, traduzidas no aumento do custo do investimento ou de atraso de execução e arranque da produção, degenerando num

processo de capitalização de juros. A fase de arranque comporta um teste quantitativo e um teste de produtividade que devem ser satisfatórios no decurso de um dado período.

2º - Ao nível do mercado, traduzindo-se:

- Na inadequação do produto às necessidades do mercado;
- No obsoletismo do produto;
- Na fixação de um preço inferior ao previsto no projecto; e,
- Na deterioração das possibilidades de escoamento.

3º - Ao nível da exploração, reflectindo-se na incapacidade do projecto produzir as quantidades estimadas aos custos previstos; isto pode estar ligado a dificuldades técnicas (concepção inadequada das instalações, insuficiente domínio das tecnologias) ou a problemas económicos (dificuldades de aprovisionamento e aumento dos custos de funcionamento).

4º - Ao nível financeiro

O financiamento dos projectos de investimento efectua-se geralmente a taxa de juro variável, o que, em período de taxas altas se traduz no aumento do peso dos encargos financeiros.

5º - Ao nível da suspensão ou abandono do projecto por parte do promotor, consistindo a defesa da instituição na exigência de efectivo envolvimento de capitais próprios.

6º - Ao nível do risco político, traduzido nos riscos de nacionalização, expropriação e não transferência de lucros.

As análises de "cash-flow", conquanto continuem a ser instrumentos úteis, devem ter em consideração duas questões críticas:

- Os efeitos da inflação; e,
- Os níveis de incerteza nas diferentes fases do projecto.

A avaliação de projectos de investimento deve incluir explicitamente o problema da inflação nas análises de rentabilidade por duas razões:

- A inflação actua diferentemente sobre as várias rubricas que determinam os "cash-flows", alterando os preços relativos e consequentemente a estrutura inicial do projecto.
- Devem ser consideradas coerentemente fluxos e taxas de juro e de actualização, reais ou monetários.

Restam para o efeito duas soluções:

- Ou se efectuam os cálculos para os diferentes anos a preços correntes, tornando-se, porém, difícil analisar ano a ano a previsível evolução dos preços de todas as rubricas que entram na determinação do "cash-flow"; neste caso as taxas de custo de capital, de actualização e as "cut-off-rates", terão que ter expressão monetária incorporando portanto a taxa de inflação;
- Ou os cálculos se efectuam menos ambiciosamente a preços constantes, mas neste caso haverá que ter o cuidado de deflacionar as taxas de custo de capital e de actualização.

Relativamente aos níveis de incerteza associada às diferentes fases de desenvolvimento dum projecto de investimento, sublinharemos o seguinte:

- É vulgar considerar, nas projecções de investimento, a vida útil, 10 anos, 7 anos, etc., e avaliar os fluxos de tesouraria nesse período.
- A incerteza quanto aos pressupostos é maior quando avançamos no tempo, ou seja, as previsões em matéria de preços, quota de mercado, obsolescência tecnológica, etc., são mais seguras para o 1º ano de exploração do que para o 5º ano.
- Por outro lado, se considerarmos as várias fases da vida de um projecto de investimento, cada uma delas possui riscos específicos que podem comprometer a fase seguinte.

Fases da vida de um projecto de investimento

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase	5ª fase
Concepção	Investimento	Arranque	Desenvolvimento	Cruzeiro

Os riscos da fase de investimento, como, por exemplo, atraso na sua execução, falência do empreiteiro, erros de estimativa dos custos do investimento, incidentes imprevistos e não seguros, empolamento monetário dos custos de investimento (variações cambiais, inflação) etc., podem comprometer decisivamente um empreendimento.

Quantos projectos não chegaram a arrancar, e quantos, tendo arrancado, nunca encontraram o fundo de maneió que permitisse o seu natural desenvolvimento, ou mesmo atingida a fase de cruzeiro com excessivo endividamento vieram a soçobrar.

Os riscos da fase de arranque estão muitas vezes ligados a problemas da fase de execução do projecto, insuficiência do fundo de maneió, excessivo endividamento, fiasco ou obsoletismo tecnológico, inadequada dimensão do projecto, demorado treino do pessoal e organização e gestão deficientes, dificuldade de penetração do mercado. Os riscos desta fase podem comprometer decisivamente a sobrevivência da empresa e não permitir sequer que esta atinja as fases seguintes.

A fase de cruzeiro, uma vez atingida com estrutura financeira equilibrada, já não oferece o mesmo tipo de riscos encontrando-se o desenvolvimento da empresa mais dependente da sua capacidade de inovação.

Quando uma instituição financeira vocacionada para o investimento a médio prazo analisa um projecto, defronta-se primordialmente com os riscos quer da fase de investimento, quer da fase de arranque. Os riscos das fases de desenvolvimento (onde aumentam as necessidades de capital circulante) e de cruzeiro possuem, na decisão de financiar o investimento, menor relevância.

Nesta perspectiva, torna-se particularmente importante a protecção para os riscos inerentes aos períodos de investimento e arranque de modo a evitar o desequilíbrio da estrutura financeira da empresa.

Donde se afigura de importância capital:

- Uma análise quantitativa e qualitativa rigorosa da fase de investimento e da fase de exploração até ao ano de cruzeiro;
 - A previsão de reservas financeiras de risco para esse período sensível, de modo a atingir o ano de cruzeiro com uma estrutura financeira equilibrada. À luz desta perspectiva, o critério "cego" de exigência de 30% de capitais próprios geralmente utilizado pelas instituições financeiras perde sentido, tornando-se excessivo nuns casos e insuficiente noutros.
- É necessário que o nível de capitais próprios exigível

seja adequado aos riscos específico e sistemático do projecto de investimento.

A análise de projectos de investimento deve aprofundar o seguinte tipo de questões:

- A margem bruta de auto financiamento previsional é correcta? Quais os factores que explicam a sua eventual alteração? O peso dos prejuízos que podem ocorrer no início do período de exploração foi correctamente avaliado?
- Em que hipóteses de base assentou a determinação das necessidades de fundo de maneiio, geralmente subavaliadas?
- A dimensão, o custo e o prazo de execução dos investimentos foram estimados com rigor?
- Qual a intensidade capitalista da empresa, ou do projecto, relacionada com a criação de sobrecapacidades de produção difíceis de reabsorver em períodos de crise (custos de estrutura elevados)?

Torna-se necessário em consequência:

- Estudar globalmente os efeitos do projecto sem deixar de efectuar a avaliação da sua rendibilidade marginal;
- Possuir um bom conhecimento do sector económico da empresa que lhe permita julgar adequadamente o fundamento técnico do investimento e da sua oportunidade;
- Avaliar a coerência económica e financeira do projecto no sentido de ponderar os riscos de inexactidão das previsões bem como o perigo de criar sobrecapacidades de produção.

Em qualquer caso seria sempre de considerar de maior risco os projectos com as seguintes características, requerendo análise especial de cobertura de riscos:

- Os projectos de grande dimensão, onde um valor empolado do investimento pode colocar em causa a margem bruta de auto financiamento.

A análise das hipóteses de compartimentação do investimento em fases autónomas deve sempre ser esgotada, no sentido de reduzir os riscos.

- Os projectos de empresas novas com insuficiente experiência quer do ponto de vista técnico/comercial quer do ponto de vista de gestão e organizativo.

- Os projectos de inovação tecnológica ou de novos processos de fabrico onde é necessário cuidar da demonstração de exequibilidade e economicidade.

IV.2. AS GARANTIAS E A LIMITAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Na análise das operações de crédito dever-se-á saber distinguir entre o risco da empresa ou do devedor e o risco inerente ao crédito.

- O risco da empresa constitui o risco puro e simples do credor e pode ser estimado a partir dum estudo de solvibilidade da empresa;
- O risco de crédito é função das garantias inerentes ao crédito acordado devendo a instituição financeira encontrar forma de o reembolso do crédito ser independente da evolução da empresa.

A limitação do risco de crédito é obtida por instrumentos clássicos do direito comercial e por diferentes tipos de garantias reais ou pessoais. Destas distinguiremos:

- As garantias ligadas a uma operação financeira, como o desconto de letras, o "leasing" mobiliário ou imobiliário, as cauções fiscais ou aduaneiras e o financiamento de stocks através de "warrants";
- As garantias reais, penhor e hipoteca; e,
- As garantias pessoais, fiança e aval.

Nos créditos de curto prazo não é usual a exigência de garantias para além da do chefe da empresa, o que não acontece nos créditos a médio e longo prazo onde toma a forma de hipoteca ou penhor.

As garantias são constituídas no acordo de crédito ou na vida do empréstimo se a situação do cliente parece evoluir de forma desfavorável.

Sublinhe-se porém que o negócio do banqueiro não é o de execução de garantias, mas a outorga de créditos destinados a financiar necessidades correctamente analisadas no quadro de um risco cuidadosamente medido.

A tomada de garantias não suprime o risco de não reembolso. Quando as instituições financeiras necessitam de executar garantias deparam-se muitas vezes com o problema dos credores preferenciais quer sejam o Estado, os assalariados, a segurança social ou os encargos judiciais, o que amplia a complexidade de análise do risco de crédito.

A isto junta-se:

A dificuldade de realizar a garantia real, ou seja, proceder à venda do bem hipotecado ou empenhado, tendo em conta os riscos relativos à estimativa inicial do seu valor, à

deterioração ou delapidação a que estão sujeitos durante o período de execução, normalmente muito longo.

Na estrita lógica da outorga de crédito, a existência de credores privilegiados limita a capacidade de endividamento das empresas uma vez que ameaça o valor das garantias dos credores quirografários.

Por um efeito de ampliação ligado à existência de garantias particulares, acordadas com certos credores, os credores quirografários vêem o seu risco de não reembolso crescer em caso de liquidação da empresa.

Consideraremos uma empresa com a seguinte estrutura financeira:

<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>
400	300
===	<u>Sit. Líquida</u>
	100
	<u>Passivo + Sit. Liq.</u>
	400
	===

Suponha-se que a liquidação do activo se efectuou por (250), o que permitiria uma cobertura do conjunto dos créditos em 83%.

Mas se a empresa tivesse acordado uma hipoteca relativamente a uma parte do passivo (100), ou que esse era o montante dos créditos com preferência, estes obteriam o seu ressarcimento a 100%, enquanto que os credores quirografários apenas conseguiriam ressarcir 75% ($\frac{150}{200}$)

Se o acordo de crédito hipotecário reduz o risco para os credores preferenciais, aumenta por outro lado o dos credores quirografários, diminuindo paralelamente as possibilidades de endividamento da empresa.

IV.3. OS ÍNDICES COMPLEXOS DE RISCO DE CRÉDITO

IV.3.1. CRÉDITO "RATING"

O desenvolvimento de sistemas de "rating" das empresas afigura-se hoje de extrema importância na avaliação do risco da actividade financeira.

Tal sistema tem a sua importância em dois momentos:

- Antes da execução das operações financeiras:

a) Na preparação da política de crédito, designadamente das políticas de "marketing" e financeira; e,

b) Na avaliação da qualidade do cliente.

- No acompanhamento e no controle das operações de crédito, particularmente na detecção precoce das dificuldades de crédito.

Este sistema consta basicamente de duas fases:

1ª Fase - Informação relativa às características de risco dos clientes e dos instrumentos financeiros

através da elaboração de séries estatísticas;
e,

2ª Fase - Elaboração de "credit ratings" que resultam da ponderação de risco de crédito com o auxílio de instrumentos como a análise discriminante.

A elaboração de séries estatísticas sobre as características relacionadas com o risco deve tornar relevante a importância relativa de cada uma delas e ainda estabelecer as relações lógicas entre as diferentes características.

No sentido de permitir otimizar a análise das variações de intensidade do risco de crédito, as séries deverão considerar separadamente, cada componente do crédito concedido num determinado período:

- O fluxo de crédito novo concedido;
- O fluxo de crédito pago; e,
- O "stock" de crédito concedido, transitado.

As séries estatísticas visarão elaborar:

- Graus de gravidade por tipo de dificuldade de crédito.

- Relacionar datas de ocorrência das dificuldades com as datas de concessão dos créditos permitindo a análise da duração das situações de incumprimento.

Dentro de cada sector de actividade determinar-se-ão taxas:

- De liquidação antecipada;
- De incumprimento;
- De falência.

As séries sectoriais devem incluir indicadores do seguinte tipo:

"Cash Flow"/Passivo

"Cash Flow"/Juros e amortizações do passivo

Passivo/Activo

Juros e amortizações do Passivo/Activo

Capitais Próprios/Passivo

Exemplo:

Se utilizassemos como características relevantes:

- A composição do passivo (com e sem garantias reais); e

- O grau de endividamento da empresa

Passivo

Activo

Poderíamos chegar a conclusões do seguinte tipo:

- Sectores de alto risco - comércio de retalho e indústrias de bens não duradouros;
- Sectores de baixo risco - comércio por grosso, serviços, transportes e comunicações;
- Sectores de risco médio ou ambíguo - indústrias de bens duradouros e construção.

Para avaliar e qualificar o grau de risco de uma empresa é necessário efectuar uma análise técnica/sistemática de todas as informações sobre a mesma, que incidirá sobre a natureza da sua actividade, a concorrência do sector, a conjuntura económica do ramo, as tendências de evolução, a capacidade económica e financeira da empresa, a reputação e a qualidade da gestão, os capitais próprios, a rendibilidade e a qualidade dos activos.

Trata-se de classificação universalmente aceite.

AAA - Empresa que revele uma capacidade extremamente forte para cumprir o serviço da dívida;

AA - Capacidade muito forte para cumprir o serviço da dívida;

A - Capacidade forte para pagar os juros e amortizações;

BBB - Capacidade mediana para cumprir o serviço da dívida. Condições económicas desfavoráveis ou uma modificação da situação poderão reduzir ou enfraquecer as probabilidades de entrega dos juros e dos reembolsos;

BB-CC - Carácter especulativo, com gradação de riscos;

C - Cessação da entrega de juros;

D - Suspensão do pagamento do serviço da dívida.

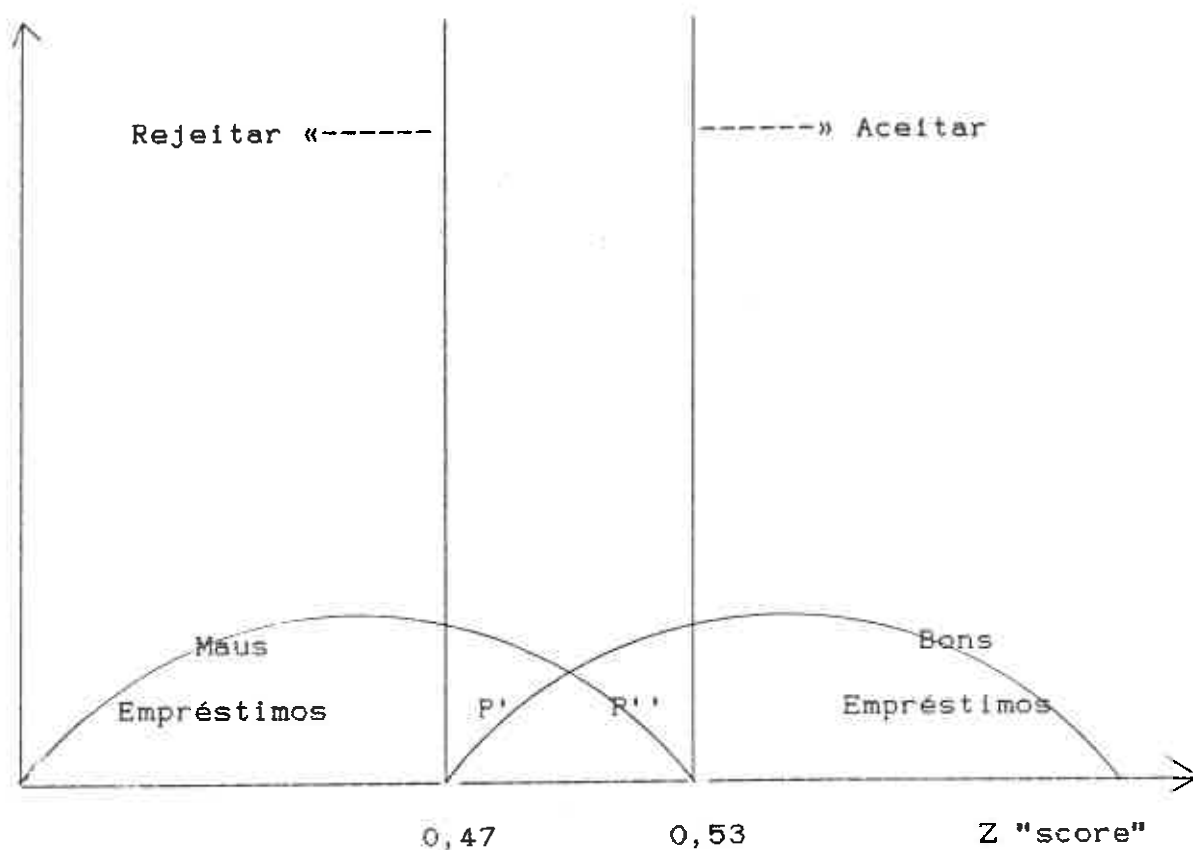
IV.3.2. CRÉDITO "SCORING"

O crédito-"scoring" é uma técnica de base estatística que visa sintetizar o risco de incumprimento de um crédito por meio de uma nota ("score").

Este método assenta na recolha e tratamento de informações relativas às características que melhor explicam a solvibilidade do cliente. Este preenche um questionário, sendo atribuída uma ponderação a cada resposta. A totalidade das ponderações indicando a probabilidade de o cliente não cumprir é comparada com um valor crítico previamente fixado abaixo do qual o crédito é recusado.

Não existe valor crítico ideal, encontrando-se o banco constringido a otimizar o risco pelo critério de saber quais as consequências duma elevação ou dum abaixamento do valor crítico sobre:

- O número de boas operações recusadas (perda de oportunidade ou aceites (ganho de oportunidade); e,
- O número de más operações rejeitadas (limitação de risco) ou aceites (aumento de risco).



Distribuições Crédito-scoring e pontos de decisão

(Fonte: Edmister, 1971 p. 20).

P_r é a probabilidade de rejeitar um empréstimo a um devedor com êxito.

P_{rr} é a probabilidade de efectuar um empréstimo a um devedor mal sucedido.

MC_r é o custo de oportunidade marginal de rejeitar um empréstimo a um devedor bem sucedido.

MC_{II} é o custo marginal actual de aceitar um empréstimo a um devedor mal sucedido.

$$\frac{PII}{PI} = \frac{MCI}{MCII}$$

Condições de aplicação

- Os devedores devem apresentar uma certa homogeneidade de comportamento afim de que os critérios de decisão sejam válidos para todos; e,
- Por outro lado, o crédito deve igualmente apresentar uma certa identidade de montante, prazo ou objecto para que os riscos envolvidos sejam comparáveis.

Isto explica que o "crédito-scoring" se aplique ao crédito ao consumo de pequeno montante, empréstimos pessoais, cartões de crédito e outros serviços de natureza pessoal, ou compra de equipamentos banalisados, para os quais se exige resposta rápida e procedimentos simplificados.

O método de "crédito-scoring" pode ainda ser utilizado com vantagem na gestão do crédito:

- Escolha de mutuários;

- Controle global da qualidade do crédito;
- Avaliação do efeito de projectos de promoção;
- Fixação de taxas de juro que reflectam o risco;
- Determinação de limites óptimos de crédito; e,
- Treino de técnicas de crédito.

Metodologia

O crédito-"scoring" comporta duas etapas:

- A determinação das classes e das informações que caracterizam cada uma delas e a utilização dos resultados de análise para todo o devedor potencial;
- Com base na experiência de crédito, nos dossiers já tratados pelo banco e com a utilização de várias técnicas, como a análise de regressão ou a análise discriminante, determinam-se os "scores". (anexo VIII)

Estes "scores" são a ponderação de factores julgados pertinentes no crédito de retalho, como:

- Ter ou não ter telefone;

- Ser proprietário de domicílio ou habitar apartamento alugado mobilado;
- Ter dois ou três filhos ou ter um só ou mais de três;
- Ser casado ou separado ou divorciado.

Vantagens e limites do "crédit-scoring"

O "crédit-scoring" pode "a priori" responder a três objectivos generalizados ao conjunto dos bancos:

- Reduzir o risco de perda total sobre os créditos outorgados, assegurando uma melhor selecção dos "dossiers" estudados;
- Acelerar o processo de decisão afim de melhorar o serviço fornecido à clientela; e,
- Diminuir os encargos de estudo e de gestão dos créditos, principalmente desde que as instituições financeiras se encontrem confrontadas com um grande número de pedidos sobre "dossiers" relativamente banalizados.

O "crédit-scoring" pode apresentar para um banco três vantagens essenciais:

1º - Permite uma descentralização da decisão de crédito;

2º - Permite orientar a acção comercial em função do risco provável por tipo de clientela, reduzindo o trabalho fastidioso de análise e atribuindo maior disponibilidade à função comercial.

3º - Fornece um sistema de informação permitindo:

- Uma análise previsional da qualidade dos pedidos de crédito;

- Uma apreciação das decisões tomadas por cada responsável do crédito;

- Uma previsão do número provável de incidentes, de "dossiers" em contencioso e de perdas.

IV.4. ANÁLISE DE RISCO DO "PORTFOLIO"

Embora tenha sido concebido como modelo de análise do mercado de capitais, o C.A.P.M.* ("capital asset pricing model"), pode constituir útil instrumento na análise de risco do "portfólio" das instituições de crédito.

Sendo um modelo a duas dimensões, risco/proveitos, permite alargar as perspectivas dos modelos custos/proveitos da análise financeira tradicional.

Na perspectiva deste modelo cada um dos activos das instituições financeiras tem um determinado risco mensurável pela variabilidade do seu rendimento. As obrigações ou títulos do tesouro têm um rendimento certo logo a sua taxa de risco é zero. As aplicações em acções têm um rendimento esperado altamente aleatório, logo a sua taxa de risco será elevada.

Risco de um activo = Variabilidade do seu rendimento.

* Este modelo foi criado em 1960 pelos economistas Jack Treynor, William Sharpe e John Lintner.

Esta variabilidade do rendimento pode ser quantificada em termos de desvio padrão ou margem de variação no seu comportamento histórico, com base na análise estatística de séries de rendimento dos activos das instituições financeiras.

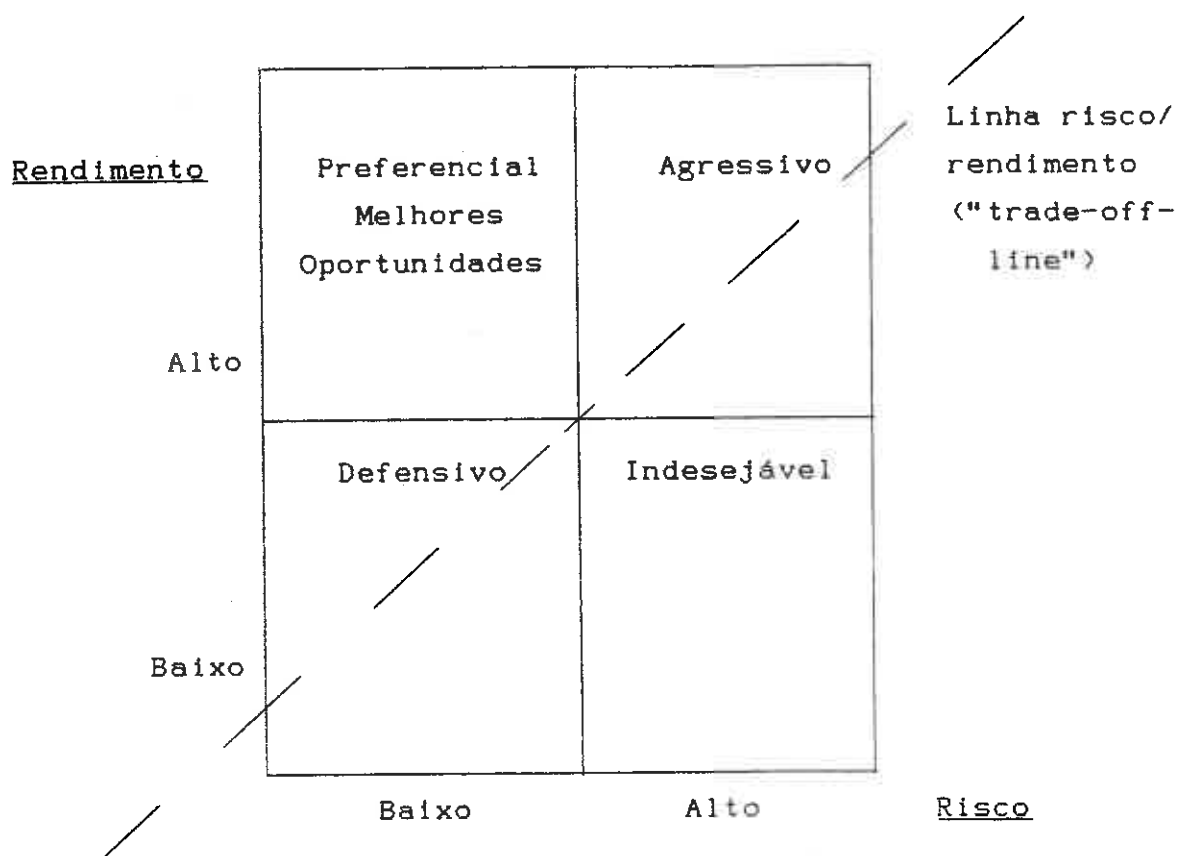
Uma equação simples exprime o resultado positivo entre risco e rendimento. O rendimento esperado de um activo de risco pode ser expresso através de:

$$Re = Ro + Pr$$

Re = Rendimento esperado
Ro = Rendimento à taxa de risco zero
Pr = Prémio de risco

A análise risco/rendimento pode ser conduzida segundo a distribuição geográfica ou sectorial do "portfolio".

A matriz risco/rendimento sintetiza este tipo de análise:

Matriz risco/rendimento

Com a crescente desregulamentação, internacionalização dos mercados financeiros e aumento de concorrência, as oportunidades de alto rendimento e baixo risco são cada vez mais difíceis de encontrar. Mais comum é a distribuição de oportunidades de crédito ao longo da "trade-off-line". Mais elevados rendimentos (líquidos de perda) envolvem maior risco.

Qualquer negócio atractivo acima da linha é rapidamente explorado comprimindo o rendimento. O mesmo não acontece com os negócios de elevado risco e baixo rendimento abaixo da linha.

Os bancos enfrentam aí crescentes problemas nos empréstimos, incapazes de obter prémios de risco compensadores e dificuldades para conseguir o ressarcimento de empréstimos mal sucedidos.

O risco do "portfolio" é afectado por dois factores:

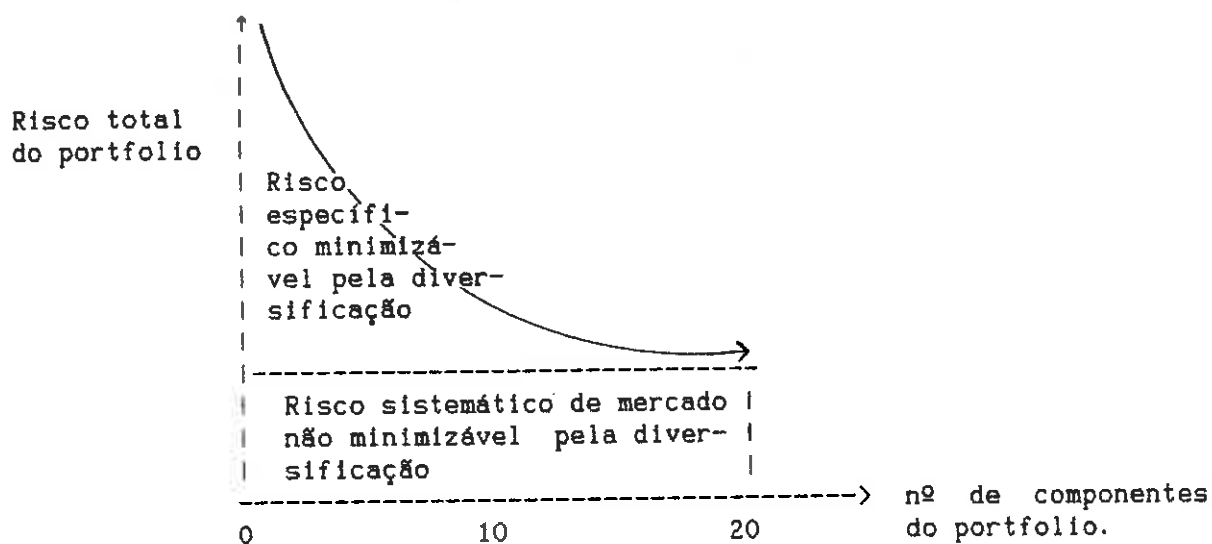
1º - O tipo e composição dos activos.

Um "portfolio" com um peso grande de aplicação em acções é um "portfolio" de elevado risco; e,

2º - O risco de mercado associado aos factores económicos subjacentes que afectam a variação dos rendimentos do "portfolio".

O primeiro tipo de risco é designado por risco específico e o segundo por risco sistemático.

O risco específico é minimizável pela diversificação do "portfolio de activos" enquanto que o risco sistemático não é minimizável pela diversificação.



Os banqueiros encontram-se inclinados a avaliar o risco do "portfólio" em termos da sua concentração numa ou mais indústrias, países ou clientes mais importantes.

Desde que o "portfólio" se encontre razoavelmente disperso nas indústrias, países e clientes é considerado como bem diversificado.

O que muitas vezes se ignora é a correlação entre indústrias ou países causada por alguns denominadores económicos comuns.

Deste modo vários países podem depender pesadamente do preço de um produto, petróleo, cobre, café, etc., ou várias indústrias podem encontrar-se estreitamente ligadas à inflação, etc.

Qualquer análise da exposição ao risco do "portfolio" das instituições financeiras em países ou indústrias afigura-se incompleto sem a cuidadosa consideração da possível correlacção entre diferentes parcelas do "portfolio" causada pelos denominadores económicos comuns.

A influência relativa das variáveis subjacentes pode ser examinada utilizando a análise estatística.

A qualidade do "portfolio" não é sensível apenas a este ou àquele factor sectorial ou geográfico, mas a cenários económicos diferentes.

A análise de risco do "portfolio" permite:

- Identificar as áreas potenciais de exposição ao risco;
- Avaliar em cada situação potencial de risco, as consequências de perda e a probabilidade de ocorrência;
- Avaliar as alternativas para minimizar e controlar o risco.

IV.5. A POLÍTICA DE CRÉDITO

A qualidade do crédito assenta do ponto de vista operacional em conceitos de viabilidade e segurança:

- Capacidade, experiência e integridade do empresário;
- Rendibilidade e equilíbrio financeiro da empresa;
- Isenção de riscos incontrolláveis e imprevisíveis;
- Garantias que permitam uma segunda via de recuperação do empréstimo e dos juros; e,
- Adequada documentação e titulação das operações e controle dos créditos.

É porém ao nível da concepção da política de crédito que se estabelece a política de perfil do "portfolio" e de aplicação de recursos.

A definição da política do "portfolio" e de aplicação de recursos requer a resposta às seguintes questões:

- Que factores económicos subjacentes conduziram ao perfil do "portfolio" no passado?
- Que factores afectarão o perfil do "portfolio" no futuro?
- A instituição financeira está bem posicionada no mercado, optando por uma estratégia de consolidação,

modernização e qualidade, ou deverá antes procurar uma "performance" financeira superior através dum processo de crescimento?

- Como é que a instituição financeira define e selecciona os objectivos de risco e de rendimento?
- Que flexibilidade possui a instituição financeira ao nível do seu "portfolio-mix"?
- Poderá a composição do "portfolio" ser alterada rapidamente?
- Será que as várias dimensões do risco, clientela, sectorial, geográfico, podem ser integradas internamente numa estrutura coesa?
- Que espécie de políticas são adequadas aos objectivos de "portfolio" e que alterações de estrutura e organização são necessárias para os atingir?

É a política de risco que deve dar resposta a estas questões consubstanciando-se na definição dos parâmetros de aceitação e selecção do risco

- Decide que tipo de devedores são aceitáveis;
- Especifica os critérios de aplicações em activos de risco:
 - Tipo de operação;
 - Limite de montantes por operação e agregados;
 - Garantias; e,

• Documentação, titulação.

- Estabelece a dinâmica risco/proveito de cada classe de activo de risco.

A política de risco avalia e quantifica o grau de risco por sectores de actividade ou utilizando critérios geográficos, orientando os esforços de "marketing" para os segmentos de melhor relação risco/rendimento, estabelecendo o enquadramento operacional da política de crédito.

Relativamente à relação risco/"marketing" é necessário definir:

- Em que sectores reduzir a actividade?
(de maior risco e menor rendimento);
- Em que sectores expandir a actividade?
- Qual o "portfolio" que optimiza a política risco/rendimento da instituição de crédito?
- Quais os constrangimentos condicionantes?

O crédito do ponto de vista operacional deve ser em larga medida produto de um trabalho indispensável e executado, previamente, sobre o mercado, no sentido de melhor o conhecer e aproveitar as oportunidades que este lhe oferece.

Antes que negociações substantivas tenham lugar com potenciais clientes, já a instituição deve ter definidos os

perfis de negócio, os segmentos de mercado, os clientes alvo, aplicando sistematicamente as técnicas de estudos de mercado, crédito "rating" e de "marketing mix", designadamente no desenvolvimento de produtos e serviços.

Na definição da estratégia comercial da política de crédito parecem-nos críticos os seguintes aspectos:

1. Assegurar a coordenação "marketing"/processo operacional de crédito.
2. Formular critérios relativos à expansão da quota de mercado, em que a redução dos riscos esteja associada com a aceitação de novos clientes.
3. Proteger a sobredependência da instituição de crédito relativamente a uma classe de clientela, ou evitar que o produto financeiro tenha um fim diferente daquele para o qual foi concebido.
4. Assegurar que a informação sobre a clientela para análise do crédito seja completa e rigorosa.
5. Assegurar a boa execução, direcção e uso equilibrado dos esforços de promoção e publicidade, mantendo critérios de avaliação da promoção nos segmentos principais do mercado.

Os anexos IX, X e XI esquematizam um processo de concepção, desenvolvimento e controle da política de crédito.



IV.6. A DETECÇÃO PRECOCE DOS RISCOS DE CRÉDITO

A análise estatística confirma a validade relativa do método dos rácios para apreciar a situação financeira das empresas, no entanto o poder preditivo dos rácios é máximo apenas um ano antes da insolvência, o que em termos de actuação das instituições financeiras pode ser tardio.

É necessário ainda considerar complementarmente dois aspectos:

- A necessidade de proceder a análises sectoriais; e,
- A necessidade de sectorialmente definir rácios que resumam a situação económico-financeira da empresa e que tenham um certo poder previsional.

A análise com base nos rácios repousa sobre a ideia fundamental de que é possível diferenciar os bons dos maus devedores e que estas diferenças se tornam evidentes assim que a situação da empresa se deteriora.

A elaboração da análise discriminante visa obter um índice de risco com utilidade particular como indicador precoce. Vamos apreciar diferentes métodos ensaiados.

a) Mencionaremos em primeiro lugar a obra de "E. I. Alt-
mann" "Financial ratios, discriminant analysis and
the prediction of corporate bankruptcy"*.

Foram os seguintes os rácios e a respectiva pondera-
ção atribuídos pelo autor:

	<u>Ponderação</u>
$R_1 = \frac{\text{Fundo de Maneio}}{\text{Activo}}$	1,2
$R_2 = \frac{\text{Reservas}}{\text{Activo}}$	1,4
$R_3 = \frac{\text{Resultado Bruto Exploração}}{\text{Activo}}$	3,3
$R_4 = \frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Passivo}}$	0,6
$R_5 = \frac{\text{Facturação}}{\text{Activo}}$	9,9
	----- 16,4

Repare-se no peso que têm os rácios de natureza eco-
nómica face aos indicadores financeiros 80%.

$$N = 1,2 R_1 + 1,4 R_2 + 3,3 R_3 + 0,6 R_4 + 9,9 R_5$$

* Journal of Finance, Vol 23 Sept 1968

Com este método foi possível prever o incumprimento de 95% das empresas com um ano de antecedência; 72% com dois anos e 30% com cinco anos.

b) Na obra de Georges Depallens "Gestion Financière de l'Entreprise" encontramos citados critérios com os seguintes rácios e respectiva ponderação:

Realizável e Disponível	
-----	0,25
Passivo Curto Prazo	
Capitais Próprios	
-----	0,25
Passivo	
Vendas	
-----	0,20
Stocks	
Clientes + Letras a receber	
-----	0,20
Vendas	
Capitais Próprios	
-----	0,1
Imobilizado Líquido	
-----	1

Neste método, têm enorme peso os rácios de natureza financeira com todos os inconvenientes daí resultantes.

c) Um estudo do Banco de França* sobre a detecção precoce de falência das empresas utilizando como instrumentos os rácios de auto financiamento revelou o seguinte:

- Nas pequenas e médias empresas tais indicadores revelaram-se úteis a três anos da falência.
- Nas grandes empresas, dado que estas podem ser mantidas artificialmente já a deterioração dos rácios de auto financiamento perdeu o significado de indicador de falência.

* La revue du financier, nº 50/86 (p. 44/46).

d) A escala Z do Banco de Inglaterra

Em 1978-79, o Banco de Inglaterra apoiou o desenvolvimento de um modelo baseado em dados contabilísticos para prever possíveis dificuldades financeiras das empresas.

A partir de "scores" desenvolvidos a partir de exames estatísticos a largo número de rácios de contabilidade a 38 empresas falidas e 53 empresas não falidas relativas a três anos foi elaborada uma escala Z para cada empresa. Quanto mais baixa fosse a cotação maior a possibilidade de dificuldades financeiras.

Composição da escala Z

$$Z = b_0 + b_1 X_1 + b_2 X_2 + b_3 X_3 + b_4 X_4$$

$$X_1 = \frac{\text{Activo circulante}}{\text{Activo Bruto}}$$

$$X_2 = \frac{1}{\text{Activo Bruto}}$$

$$X_3 = \frac{\text{Cash Flows}}{\text{Passivo curto prazo}}$$

$$X_4 = \text{Cash Flows} - \frac{\text{Aumento líquido de cap.circulante}}{\text{Passivo total}}$$

b_j = Ponderações de regressão

Desenvolvimentos possíveis da escala Z

- Investigação dos rácios contabilísticos numa perspectiva discriminante;
- Desenvolvimento de "scores" utilizando amostragens de dados mais alargados;
- Desenvolvimento de esquemas de "scoring" para sectores industriais específicos;
- Estabelecimento de serviços de "scoring" comercialmente aceitáveis.

Vantagens da escala Z

- Identificação mais rápida das empresas de grande risco;
- Enfoque mais claro da análise convencional em riscos marginais; e,
- Treino mais completo dos analistas de crédito.

O valor relativo da escala Z

Decorre de ser um método que se baseia em dados contabilísticos e que se pretende aplicar a diferentes sectores de actividade com perfis de exploração distintos:

- A contabilidade das empresas só se encontra disponível 4 a 6 meses após o fecho do exercício; o deficiente tratamento da informação altera o rigor da contabilidade; as empresas aplicam critérios contabilísticos de amortização, reavaliação de activos e nalguns casos financiamentos não registados contabilisticamente o que altera a qualidade da análise comparativa.

- As indústrias de capital intensivo têm uma expressão económico-financeira distinta das empresas de mão-de-obra intensiva; outras também trabalham em sectores com contratos a prazo beneficiando de adiamentos avultados, o que dá uma expressão diferente às contas de tesouraria.

e) O professor Joham Heirich Von Stein, da Universidade Hohenheim em Stuttgart, sugeriu, como método de utilização dos rácios e sua validação estatística, a revisão sistemática na perspectiva de distinção entre boas e más empresas.

Como condições para a utilização deste sistema, torna-se exigível:

- Uma base de dados vasta ou várias bases de dados sectoriais;
- Actualização sistemática das bases de dados bem como dos métodos de análise; e,
- A verificação regular dos parâmetros do método e de classificação de índices.

O professor Von Stein, no seu trabalho de pesquisa de grande envergadura* sobre a detecção precoce do risco de crédito, sugeriu a utilização de um conjunto de rácios que não diferem muito dos anteriormente apresentados mas o mérito da sua análise foi o de colocar a ênfase no facto de que o risco de crédito decorre fundamentalmente de lacunas e erros ao nível da direcção da empresa, particularmente do chefe da empresa. Pelo que se torna necessário identificar os sintomas de crise na personalidade e no comportamento do

* Le monde des caisses d' épargue, n.º 4/85 (p. 17/20),

chefe da empresa, os quais se caracterizam por um leque restrito de qualidades e modos específicos de comportamento.

Da análise que o Dr. Von Stein efectuou sobre a personalidade de chefes de empresa ameaçados de insolvência, chegou às seguintes conclusões:

- Principais defeitos:

- Falta de realismo;
- Tomada de consciência insuficiente do risco;
- Orientação unilateral quer técnica quer comercial;
- Negligência do sector comercial.

A principal característica dos empresários sem sucesso, ameaçados de insolvência, é a falta de realismo traduzindo-se por exemplo por falsas estimativas e expectativas, vivendo na ilusão de dirigir eficazmente a empresa graças à sua:

- Forte capacidade de venda; ou,

- Especial competência técnica.

Nos casos observados, foi notória a negligência do aspecto comercial, ou da contabilidade ou falta de planeamento.

A falta de realismo e a tomada de consciência insuficiente dos riscos desembocaram muitas vezes num crescimento excessivo da empresa, mal equilibrado e com decisões de investimento pouco criteriosos.

Estes chefes de empresa querem antes do mais demonstrar as suas capacidades e o seu poder económico. Muitas vezes o objectivo íntimo era o de tornar-se o maior chefe de empresa no sector.

Já no que diz respeito à análise dos empresários com êxito os perfis mostram-se menos típicos.

O professor Von Stein concluía o seu trabalho dizendo que o estudo da detecção precoce dos riscos permite extrair três ilacções para a evolução ulterior da análise e da vigilância dos créditos:

- Muitas vezes a análise dos créditos não está à altura da tarefa complexa de avaliação de uma empresa pois assenta de maneira muito unilateral no estabelecimento de dados relativos ao balanço. Outro tipo de dados devem ser avaliados e tomados em consideração;
- É necessário ter em conta que a análise de base histórica é limitada e que outros tipos de dados pertinentes, tais como o planeamento financeiro e os dados relativos à evolução do mercado e técnica, podem trazer progressos importantes; e,

- A gestão da empresa como principal fonte de risco deverá encontrar-se no centro de análise. Todos os instrumentos devem ser utilizados contribuindo para uma análise rigorosa e diferenciada da gestão da empresa.

IV.7. O CONTROLE DOS RISCOS DE CRÉDITO

A qualidade do crédito e o controle dos riscos são do nosso ponto de vista mais importantes do que a mera expansão do crédito. Se a economia ou um sector de actividade não estiver em expansão é um erro pretender aumentar os activos das instituições, relaxando os critérios em matéria de crédito, só porque se dispõe de excesso de liquidez. A segurança do capital mutuado e a defesa do reembolso têm prioridade sobre o lucro e a oportunidade do negócio.

O risco de não reembolso não é compensável com a sobrecarga da taxa de juro (juros de mora e sobretaxas).

A política de controle de qualidade do crédito visará garantir que a composição do "portfolio" se mantém dentro da capacidade de risco da instituição.

Da gestão do "portfolio" de crédito depende o crescimento dos activos e a diversificação do risco relativamente ao capital necessário para suportar tal crescimento.

Para além da identificação e avaliação dos riscos quanto à sua natureza e intensidade, é importante para a instituição financeira o controle dos acontecimentos, ou seja os factos e

os comportamentos que no futuro poderão conduzir a riscos de natureza ou intensidade novos que influenciem negativamente as operações financeiras.

A instituição financeira necessita de desenvolver um sistema de alerta relativamente a determinados "sinais", indiciando a alteração de tendências relativamente à estabilidade do crédito:

- Saturação de mercados, indústrias ou empresas;
- Evolução sectorial adversa relativamente a preços, concorrência, estabilidade social, etc;
- Concorrência desleal, "dumping", etc;
- Obsolescência tecnológica;
- Alteração de gostos e padrões de consumo;
- Instabilidade dos mercados de capitais;
- Desenvolvimentos internacionais adversos;
- Alteração da economia e das políticas energéticas;
- Decisões de carácter político.

O volume dos activos de risco, a natureza dos riscos, o comportamento dos empréstimos exigem um controle permanente, implicando o reexame destes, a avaliação da competência e desempenho do "staff", da estratégia de mercado e do desenvolvimento operacional do processo de crédito. Torna-se particularmente importante:

- Manter sob controle especial a qualidade dos créditos de grande montante;
- Manter um sistema de detecção de deficiências e dificuldades dos créditos e a análise da sua evolução no sentido de identificar e interpretar os factores que conduzem à deterioração da qualidade do crédito.
- Assegurar a existência, fora da área do crédito, de um sistema de tempestiva identificação das contas com problemas;
- Assegurar um fluxo de informação económica e industrial que permita identificar áreas e sectores com problemas potenciais no crédito concedido;
- Assegurar a tempestiva e actualizada avaliação das garantias e o seu reforço caso se torne necessário;
- Assegurar o controle dos seguros relativamente às garantias constituídas;
- Garantir que as políticas da instituição e os regulamentos externos sejam seguidos e evitar que da sua não observância resultem penalidades;

- Garantir que os fundos sejam bem aplicados e que os empréstimos sejam recuperados; e,
- Assegurar um sistema de informação objectiva completa e tempestiva ("tableau de bord") que permita a correcta definição de políticas e estratégias.

Na página seguinte figura um exemplo de "tableau de bord" indicativo que para atingir cabalmente os objectivos deverá ser complementado por relatórios individuais de crédito por empresas, segmentos e produtos mencionando a categoria e a dimensão do risco, os problemas principais, as acções previstas, a responsabilidade e o resultado do acompanhamento.

* Quadro de Controle

Gradação dos empréstimos quanto ao grau de risco; medidas a tomar.

Gradação	Definições	Critério para quebra na classificação	Responsabilidade do controle	Frequência do controle
1	Boa qualidade Não se esperam problemas nos próximos seis meses. Sem dívidas nem pagamentos atrasados	Aparecimento de razões técnicas na política do empréstimo, mudança no ambiente, baixa nos preços etc.	Gerentes de contas ou de filiais, com revisões regulares ou aparecimento de pontos de risco.	Revisões regulares para todos os riscos de seis em seis ou doze em doze meses.
2	Razões técnicas para suspeitar de problemas futuros.	Aparecimento de razões técnicas na política do empréstimo, mudança no ambiente, baixa nos preços etc.	Os mesmos de (1) mas que podem ser complementados com inspectores de crédito.	Revisões regulares todos os seis meses ou logo que circunstâncias o justifiquem.
3	Amortizações de capital atrasados em mais de 90 dias. Outros bens em risco.	Não pagamento real de capital e juros.	Comissão de crédito.	Sempre que exista um pedido de intervenção adicional.
4	Dívidas duvidosas com grande possibilidade de o capital não ser recuperado. Criação de provisões específicas.	Quando as acções para recuperar o capital não produziram resultados significativos.	Direcção superior do crédito, Recuperação a ser conduzida pela unidade apropriada.	Permanente.
5	Bens em risco que serão cancelados no fim do exercício.	—	Direcção superior do crédito.	Permanente.

* "Tableau de bord"

Recuperação de créditos

Ao implementar uma estratégia de recuperação de crédito dever-se-á adequar os procedimentos de acordo com as situações:

- Saber se o devedor apenas está a passar uma adversidade temporária;
- Saber se o devedor com dificuldades temporárias precisa de acompanhamento, existindo risco de ulterior deterioração.
- Situações potenciais de insolvência.
- Situações efectivas de insolvência, requerendo reestruturação financeira, reorganização ou liquidação.

A recuperação de créditos exige capacidade de negociação, visão do negócio, avaliação das garantias existentes e potenciais, do enquadramento jurídico e da oportunidade e realismo das acções a tomar.

A recuperação de créditos deve ser sistemática, organizada, especializada, deve constituir uma estratégia em acção no primeiro incidente.

V O RISCO E A QUALIDADE DE GESTÃO

Muita gente pensa que a
qualidade custa dinheiro. Ora
o contrário é que é verdade.
A não qualidade é que custa
muito dinheiro.

"G. Christian Lautzch"

"Mellon Bank"

V O RISCO E A QUALIDADE DE GESTÃO

O negócio dos bancos é o risco, e o crédito a primeira referência sobre a qual deve ser apreciada a qualidade de gestão, cujo êxito depende do equilíbrio entre os riscos assumidos e a competência com que os recursos são geridos.

A qualidade do crédito não é, porém exclusivamente, um problema de fluxo e tratamento da informação relativo às características financeiras dos potenciais devedores e aos termos e cláusulas contratuais das operações.

- Não chega seguir uma política contínua de crescimento do crédito e expansão do balanço; É necessário ter a percepção de que os impactos cíclicos da economia e a cristalização dos mercados, indústrias e empresas podem conduzir à deterioração do perfil de risco do "porfolio".
- Não chega implantar complexos e dispendiosos sistemas de processamento "on line", adoptando técnicas informatizadas em larga escala; É necessário que o desenvolvimento de aplicações complexas se oriente para a satisfação das necessidades da clientela ("increase benefit to user") e no sentido de melhorar o controle de custos ("improve cost effectiveness").

- Não chega a elaboração de longos organigramas e a criação de numerosos departamentos; É necessário aplicar e desenvolver os princípios e os métodos do "management", assegurando a coordenação das políticas e a articulação do sistema de informação com o sistema eficiente de decisão.

- Não chega uma política de agressividade comercial a todo o custo; É necessário ter em atenção que vender crédito, não é a mesma coisa que vender batatas. O crédito deve ser bom para o cliente, mas necessário para a instituição de crédito.

- Não chega gerir o dia-a-dia com maior ou menor bom senso; É necessário desenvolver uma gestão estratégica de vantagens competitivas, assentes na análise do grau de risco do "portfolio" e na capacidade da engenharia financeira, visando a melhoria dos produtos e serviços existentes e o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

- O crédito não é só números, taxas de crescimento, gráficos, quantidade; Crédito é fundamentalmente qualidade, que depende, em primeiro lugar, da organização. É nas pessoas que fazem crédito, analistas e decisores, na sua formação, na sua cultura, na sua integridade profissional, na sua

organização e interacção dinâmicas que reside em grande medida a qualidade do crédito.

As instituições de crédito para melhor poderem responder ao ritmo de mudança do ambiente e a um contexto de riscos mais complexo e diversificado, devem incessantemente melhorar a capacidade global de gestão ("increase in manager performance"):

- Lançando programas de desenvolvimento em gestão, estimulando um maior empenhamento dos gestores na gestão por oposição aos aspectos meramente técnicos das suas funções;
- Introduzindo sistemas de decisão por objectivos, impedindo o florescimento de interesses particulares, pessoais ou de grupo, desagregadores do espírito de empresa;
- Alterando comportamentos e atitudes, no sentido de promover o moral do "staff" de crédito, através de sistemas objectivos de avaliação do desempenho em função dos resultados alcançados, assentes em critérios de competência e justiça.

A qualidade de gestão constitui causa e efeito de limitação dos riscos, garantindo a liquidez e a rendibilidade, a qualidade do crédito e a prosperidade e desenvolvimento das instituições.

A qualidade de gestão traduz-se externamente pela qualidade dos produtos e serviços oferecidos no mercado, pela segurança e confidencialidade em matéria de fundos e informação e pela confiança do público.

*

Julgo ter sido possível, efectuar a demonstração dos seguintes nexos, relativos à gestão do risco e à solidez das instituições de crédito

19) O desenvolvimento dos acontecimentos políticos, económicos e sociais, desde meados da década de 70, conduziu, quer no plano nacional quer internacional, a um aumento e diversificação dos riscos de intermediação financeira. Os riscos, que até aí se encontravam geralmente concentrados e limitados ao mercado interno, expandiram-se também no mercado externo, quer em moeda nacional quer em divisas.

20) A actividade financeira, após décadas de relativa estabilidade, sofreu nos últimos cinco anos mudanças de extraordinário impacto, globalizando os mercados monetários e financeiros, adensando a concorrência bancária e extrabancária e desenvolvendo fenómenos de desintermediação e "securitização". A inovação informática, das telecomunicações e da engenharia financeira, embora trazendo novas oportunidades, novos mercados e novos instrumentos contribui para uma maior complexidade dos riscos da actividade financeira.

30) O sistema de riscos de actividade financeira manifesta acentuada instabilidade quer ao nível do

sistema monetário, relativamente às taxas de juro e às paridades cambiais quer no que diz respeito à intervenção das autoridades nacionais relativamente às políticas económicas e financeiras e enquadramento do crédito. Também os custos de captação dos recursos e os custos de gestão e operacionais têm aumentado constantemente e, pressionado as margens de intermediação.

49) Este contexto de riscos acrescidos, mais complexo e diversificado, tem atingido a solidez das instituições de crédito em todo o mundo. Em Portugal, mecanismos de solidariedade, no quadro de um sistema financeiro, público na quase totalidade, tem evitado a ocorrência de acidentes de envergadura. É conhecida a apresentação, de indicadores mínimos de solvibilidade, através da sobrevalorização artificial de resultados de exploração.

50) A deterioração da solvibilidade das instituições de crédito colocou em causa os métodos tradicionais de avaliação, gestão e controle dos riscos. Os critérios de prevenção do risco de crédito, tanto do ponto de vista da análise financeira, como em matéria de garantias reais, revelaram-se frágeis, particularmente em contexto recessivo da economia.

- 69) Não nos parece que os problemas de solidez das instituições de crédito possam ser minorados por um controle individual das operações e pela imposição de regulamentos excessivamente detalhados por parte das autoridades limitando o princípio de autonomia e responsabilidade de gestão das instituições financeiras. Também não nos parece que se deva depositar excessivas esperanças na implementação de sistemas de garantia bancário, ou de seguro de depósitos para absorver as ineficiências do sistema. As técnicas de distribuição, garantia e seguro de risco têm os seus limites evidentes, que uma vez ultrapassados, se tornam um fardo financeiro, de gestão e de diluição das responsabilidades.
- 70) O recurso a uma panóplia de instrumentos de liquidez bancária como as obrigações de caixa, certificados de depósito, "eurocomercial paper", etc., não devem iludir as exigências de rigor e critério das instituições em matéria de gestão dos activos de risco. Também a utilização de novos instrumentos financeiros, a abordagem de novos mercados, não deve induzir as instituições a assumir riscos desproporcionados com a sua capacidade.
- 80) A solidez das instituições de crédito só terá a beneficiar, com uma cuidadosa aplicação dos critérios

de contabilidade bancária, particularmente em matéria de solvibilidade:

- Ponderando adequadamente o perfil de risco do "portfolio"; e,
- Considerando os riscos decorrentes das operações com registo extra-patrimonial.

99) O risco de actividade financeira, sendo problema de equilíbrio de custos e proveitos relativamente a uma dada variação do risco, será impossível de anular. No entanto as instituições de crédito precisam de desenvolver métodos mais eficientes de avaliação gestão e controle dos riscos, utilizando sistemas de detecção precoce das dificuldades de crédito, análises do risco "sistemático" do ambiente e do risco "específico" de "portfolio" e métodos de "rating" das aplicações potenciais no mercado.

100) Em última análise a solidez das instituições de crédito dependerá da efectiva implementação da "ciência da gestão", do desenvolvimento estratégico das políticas de crédito, apoiadas em políticas de risco e de "marketing" visando a rendibilidade que proporcione o equilíbrio delicado do balanço e do nível de actividade.

É na qualidade de gestão que reside fundamentalmente o equilíbrio entre esforço comercial e prudência de gestão, entre supervisão e liberdade de iniciativa, entre responsabilidade individual das instituições e segurança colectiva do sistema financeiro.

ANEXO I

PERFIL DO CRÉDITO MAL PARADOEscudos: (10)³

	Dez 83	Dez 84	Dez 85
1. Efeitos Devolvidos + Créditos em Mora	138,962	154,640	151,492
2. Créditos Cobrança Duvidosa	108,343	170,431	250,290
3. Crédito mal parado (1+2)	247,305	333,070	401,782
4. Crédito Concedido	2355,285	2973,845	3293,295
5. Capitais Próprios	142,067	171,425	219,177
6. (1/2) %	5,9	5,2	4,6
7. (2/4) %	4,6	6,0	7,6
8. (3/4) %	10,5	11,2	12,2
9. (5/3) %	57,4	51,5	54,6

Fontes: 1. Relatório do Banco de Portugal 1985

2. Banca e Instituições Parabancárias CGD - 1985

ANEXO II

SOLVIBILIDADE DAS I.F. (1985)

	Solvibilidade em sentido restrito	Solvibilidade em sentido lato
1. Instituições Especiais de Crédito		
1.1. Caixa Geral Depósitos	3,4%	11,8%
1.2. Banco Fomento Nacional	4,9%	8,0%
1.3. Crédito Predial Português	2,2%	4,8%
1.4. Banco Português de Investimentos	12,2%	26,6%
Média	3,5%	10,3%
2. Bancos Comerciais Nacionalizados		
2.1. Comercial dos Açores	2,3%	9,9%
2.2. Espírito Santo	1,7%	7,9%
2.3. Português do Atlântico	1,1%	4,2%
2.4. Pinto Sotto Mayor	1,2%	3,3%
2.5. Borges & Irmão	1,3%	3,9%
2.6. FONSECAS & BURNAY	1,4%	3,6%
2.7. Nacional Ultramarino	1,8%	4,4%
2.8. Totta & Açores	1,3%	2,9%
2.9. União de Bancos	2,0%	4,4%
Média	1,4%	4,4%
3. Bancos Comerciais Privados		
3.1. Crédit Franco Portuguais	5,6%	27,2%
3.2. Manufactures Hanover	7,9%	27,5%
3.3. Loyds Bank	3,9%	17,3%
3.4. Chase Manhattan	24,1%	54,6%
3.5. Banco do Brasil	45,4%	188,8%
Média	8,7%	27,9%

Fontes: Relatórios dos Bancos
(Balancos consolidados)

ANEXO III

RENDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

	Rendibilidade dos Capitais Próprios		Rendibilidade do Activo	
	1984	1985	1984	1985
1. Inst. Especiais de Crédito				
1.1. Caixa Geral Depósitos	24,8%	29,2%	0,96%	0,99%
1.2. Banco Fomento Nacional	1,4%	3,4%	0,06%	0,17%
1.3. Crédito Predial Português	2,9%	1,6%	0,04%	0,03%
1.4. Banco Português Investimento	5,3	12,7%	1,1%	1,5%
Média		21,7%		0,75%
2. Bancos Comerciais Nacionalizados				
2.1. Comercial dos Açores	25,2%	41,6%	0,54%	0,96%
2.2. Espírito Santo	10,6%	15,0%	0,19%	0,25%
2.3. Português do Atlântico	9,3%	10,8%	0,11%	0,12%
2.4. Pinto & Sotto Mayor	7,7%	8,7%	0,10%	0,10%
2.5. Borges & Irmão	3,7%	2,2%	0,04%	0,02%
2.6. Fonecas & Burnay	1,4%	1,7%	0,02%	0,02%
2.7. Nacional Ultramarino	1,7%	1,8%	0,03%	0,03%
2.8. Totta & Açores	2,8%	1,7%	0,02%	0,02%
2.9. União de Bancos	1,5%	1,5%	0,03%	0,03%
Média		6,7%		0,09%
3. Bancos Comerciais Privados				
3.1. Crédit Franco-Portuguais	50,1%	34,9%	2,7%	1,95%
3.2. Manufactures Hanover	-	30,2%	-	2,38%
3.3. Loyds Bank	19,5%	22,5%	1,1%	0,89%
3.4. Chase Manhatham	-	7,2%	-	1,75%
3.5. Banco do Brasil	5,3%	0,9%	1,6%	0,40%
Média		18,3%		1,6%

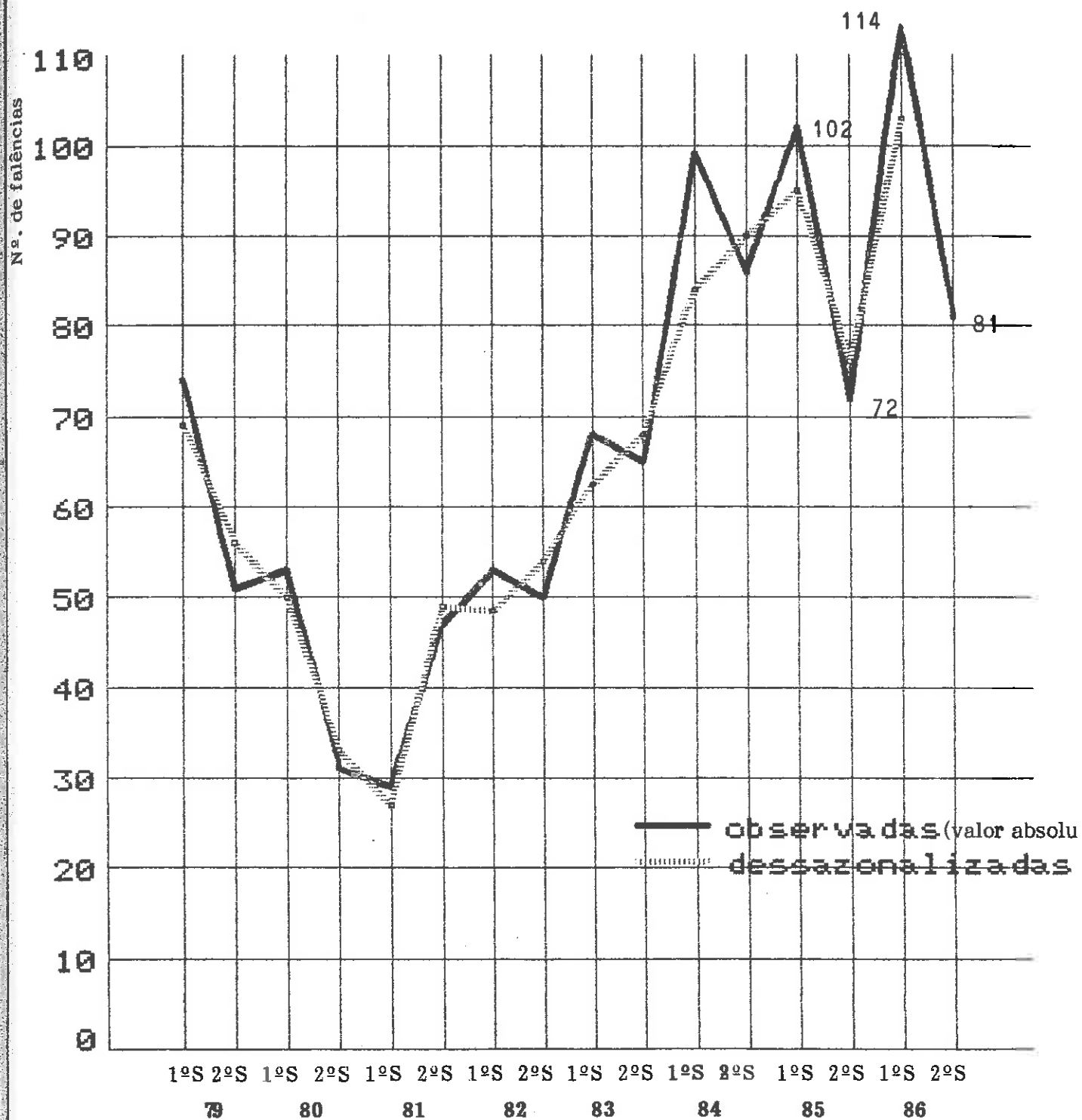
Fonte: Relatórios dos Bancos
(Balanços consolidados)

ANEXO IV

Falências - 1983/1985						
						(Número)
Falências	1983	83/82	1984	84/83	1985	85/84
Publicadas no "DR"	129	28%	172	33%	174	1%
Processos nos Tribunais						
Cíveis						
• Pendentes em 1 de Janeiro	1078	5,9%	1220	13%	1443	18,3%
• Entrados	262	20,2%	359	37%	337	-6%
• Concluídos	121	-22%	119	-1,6%	160	34,5%

Fonte: COSEC, Estudo citado sobre falências, e Ministério da Justiça, Estatísticas publicadas pelo Gabinete de Estudos e Planeamento.

EVOLUÇÃO SEMESTRAL DAS FALÊNCIAS 1979-1986



Fonte: Gráfico elaborado pela COSEC, Direcção de Estudos Económicos

ANEXO VI
Rácio de cobertura de riscos
Elementos de cálculo

ÉLÉMENTS DE CALCUL DU RAPPORT DE COUVERTURE DES RISQUES, modèle 3002

NOM DE L'ÉTABLISSEMENT:				
DATE D'ARRÊTÉ			19	
	Jour	Mois	Année	Code interbancaire
				Lettre-clé

TABLEAU DE CONCORDANCE		FONDS PROPRES NETS		MONTANTS
avec la situation, avec la situation,				(en milliers de F)
mod, 3010 ou l'état, mod, 3030				
mod, 30131				

			Fonds propres	
A4,423	E2,232		Capital	
A4,420	E2,231		Réserves	
A4,419	E2,230		Provisions ayant supporté l'impôt	
D2,216 (extrait)	E2,229 (extrait)		Provisions spéciales constituées en franchise d'impôt	
			Report à nouveau	
A4,424	E2,233		Emprunts subordonnés ou participatifs	
A4,416	E2,228			
			TOTAL A	

(*) (cpte 5542 du plan compt.)	(*)		A déduire:	
			Réserve réglementée (cas particulier des ensembles immobiliers)	
(*) (cpte 5425 du plan compt.)	(*)		Provision réglementée de réévaluation des immobilisations amortissables	
A2,242	E1,137		Actionnaires (capital non libéré)	
A2,244	E1,138		Report à nouveau	
A2,242 (extrait)	E1,135 (extrait)		Frais d'établissement (*)	
A2,233, D2,215	(*)		Immobilisations incorporelles (à l'exclusion du droit au bail)	
			Emplois constituant des fonds propres ou assimilés: - Chez des établissements assujettis à la même réglementation en France, • titres de filiales et participations ...	
D2 (213+214), A4,414 (extraits)	(*)		• Prêts subordonnés et prêts participatifs	
A2,229 (extrait)	E1,134 (extrait)		- Chez des banques ayant leur siège social à l'étranger	
(*)	(*)			
			TOTAL B	

			FONDS PROPRES NETS: TOTAL I = A - B	
			Obligations retenues (Décision C.N.C.79-06, Art 5) = C	
			TOTAL II = (A - B) + C	

(*) Renseignements à fournir par l'établissement.

(') A l'exclusion des frais d'émission des obligations.

• Crédits à moyen et long terme destinés à l'acquisition ou à l'aménagement du logement garantis par une hypothèque ou des privilèges immobiliers	70 %
• Garanties immobilières	50 %
• Autres engagements en faveur de la clientèle	25 %
• Créances éligibles au marché hypothécaire	20 %
• Obligations cautionnées	10 %

TOTAL DES RISQUES SUR LA CLIENTÈLE; D =

RISQUES SUR LES INTERMÉDIAIRES FINANCIERS

• Comptes et prêts		
• Valeurs reçues en pension ou achetées ferme (3)		
• Opérations de crédit-bail au profit d'intermédiaires financiers	5 %
• Engagements par signature	2,5 %

TOTAL DE RISQUES SUR LES INTERMÉDIAIRES FINANCIERS; E =

TOTAL III = D + E

RAPPORT DE COUVERTURE DES RISQUES

$$\frac{\text{Total I ou Total II}}{\text{Total III}} \times 100 \dots\dots\dots \times 100 = \frac{\dots\dots\dots}{\dots\dots\dots}$$

(avec deux décimales)

ÉVOLUTION DU RAPPORT DE COUVERTURE DES RISQUES

(à ne remplir qu'à compter du 3 juillet 1979)

	Date de référence (*) (Total I)	Date d'arrêté (Total II)	Différence (b-a)	Calculer le rapport (1) $\frac{(b-a)}{(d-c)} \times 100$	
Numérateur (a) (b) (b-a) (d-c) P (avec 2 décimales)
	Date de référence (*)	Date d'arrêté	Différence	Rapport de couverture des risques au 2/01/1979 R (avec 2 décimales)
Dénominateur (a) (d) (d-c)	(1) Calculer T = P ÷ R (avec 2 décimales)

..... le
signature;

(*) 2 Janvier 1979

(1) Indiquer « néant » si le résultat est négatif.

ANEXO VII

PONDERAÇÃO DE RISCO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA

Nível de Risco	Rubricas do balanço
Risco 0%	<ol style="list-style-type: none"><li data-bbox="743 577 1453 678">1. Reservas de Caixa (moeda nacional e divisas).<li data-bbox="743 768 1262 801">2. Saldos no banco central.
Risco 10%	<ol style="list-style-type: none"><li data-bbox="743 902 1461 1193">1. Créditos a curto prazo (até 1 ano) sobre o tesouro e agências governamentais ou governos regionais que beneficiem de garantia do governo.<li data-bbox="743 1283 1461 1574">2. Créditos a curto prazo sobre os bancos comerciais, operadores no mercado de títulos do tesouro e de títulos monetários na bolsa de valores.

Nível de risco	Rubricas do balanço
Risco 25%	<ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="735 405 1453 562">1. Créditos a curto prazo sobre instituições de depósitos nacionais e bancos estrangeiros. <li data-bbox="735 595 1453 685">2. Todos os créditos sobre autoridades locais. <li data-bbox="735 719 1453 1077">3. Créditos a longo prazo sobre os governos regionais e todos os créditos a longo prazo sobre agências governamentais nacionais, empresas públicas e restante sector público <li data-bbox="735 1111 1453 1469">4. Créditos garantidos por dívidas dos governos regionais e das agências governamentais. Todos os créditos garantidos por dinheiro depositado nas instituições mutuantes. <li data-bbox="735 1503 1453 1659">5. Parcelas de empréstimos garantidos pelo governo nacional do país ou agências governamentais nacionais. <li data-bbox="735 1693 1453 1917">6. Créditos em moeda local sobre governos externos na proporção financiada por dívida em moeda local nesse país estrangeiro.

Nível de risco	Rubricas do balanço
Risco 50%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Todos os créditos em agências do país com patrocínio governamental. 2. Todos os créditos totalmente garantidos por dívidas de agências nacionais com patrocínio governamental. 3. Activos representativos de créditos sobre o Estado nacional e os governos locais. 4. Créditos sobre instituições de desenvolvimento multinacionais nas quais o governo seja accionista ou membro contribuinte.
Risco 100%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Créditos a longo prazo sobre as instituições de depósitos nacionais e bancos estrangeiros. 2. Todos os créditos sobre os governos estrangeiros com excepção dos créditos em moeda local sobre governos centrais estrangeiros consolidados por responsabilidades em moeda local desses países.

Nível de risco	Rubricas do balanço
<p>Risco 100%</p> <p>(cont.)</p>	<p>3. Responsabilidade do cliente sobre aceites pendentes envolvendo apenas devedores de risco padrão.</p> <p>4. Obrigações do serviço da dívida consignado às receitas do projecto a financiar e obrigações de desenvolvimento industrial emitidos pelo governo nacional do país e governo local.</p> <p>5. Todos os restantes activos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empréstimos comerciais e industriais; - "Leasing"; - Empréstimos à agricultura e ao sector imobiliário; - Títulos de empresas e papel comercial; - Empréstimos ao estrangeiro; <p>6. Posição cambial aberta.</p>

Nível de risco	Rubricas extra balanço
<p>10% -----></p> <p>25% -----></p> <p>50% -----></p>	<p>Empréstimos contratados (saques a descoberto, facilidades de subscrição renováveis, contratos de subscrição, linhas de crédito comerciais e ao consumidor:</p> <p>Até um ano;</p> <p>De um a cinco anos;</p> <p>Superior a cinco anos.</p>
Risco 50%	<p>Cartas de créditos comerciais, garantias para concurso e de boa execução e cartas de crédito.</p>
Risco 100%	<p>1. Substitutos do crédito directo (garantias financeiras e cartas de crédito com o mesmo objectivo).</p> <p>2. Acordos de venda e reaquisição de activos com recurso</p>

ANEXO VIII

Exemplo de "crédito-scoring"

(electrodomésticos)

1.	Local geográfico do requerente	(0-5)
2.	Meio de pagamento escolhido	(0-36)
	• Sem conta	
	• Com conta c/ provisão permanente	
3.	Situação profissional	
	• Empresário	26
	• Não especializado	31
	• Especializado	16
	• Semi-especializado	20
	• Inspector	14
	• Amanuense	4
	• Gestão	0
	• Técnico	7
	• Científico	15
	• Estudante/Doméstica	13
4.	Sexo	
	• Masculino	6
	• Feminino	0

5. Tempo de permanência no emprego actual

• Menos de 6 meses	16
• 6 meses - 1 ano	20
• 1 - 2 anos	15
• 2 - 3 anos	10
• 3 - 4 anos	5
• 4 - 5 anos	4
• 5 - 10 anos	3
• 10 - 15 anos	1
• Mais de 15 anos	0

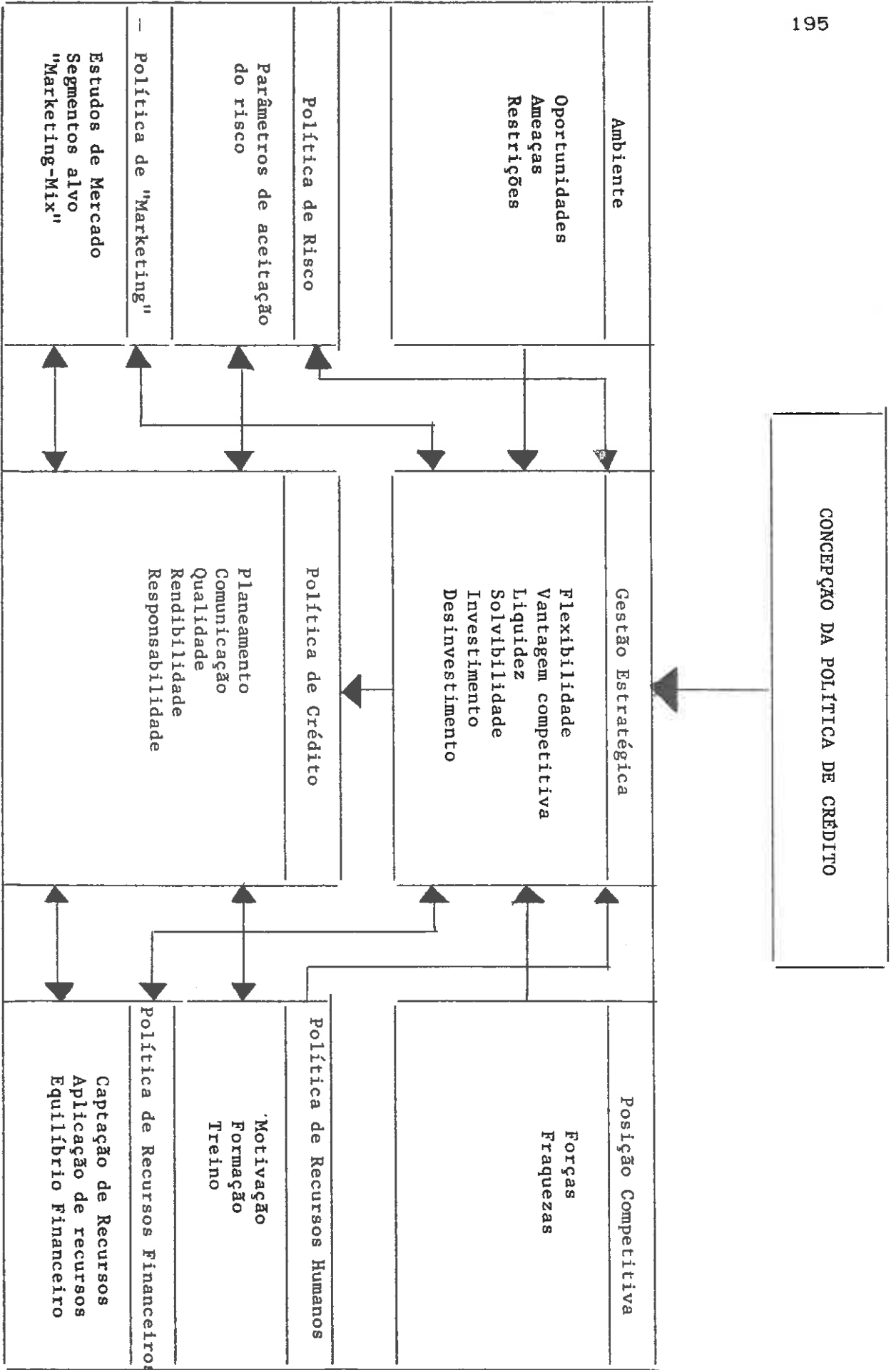
6. Montante

• 0 - 100 contos	28
• 100 - 200 contos	17
• 200 - 300 contos	12
• 400 - 500 contos	0
• Mais de 500 contos	5

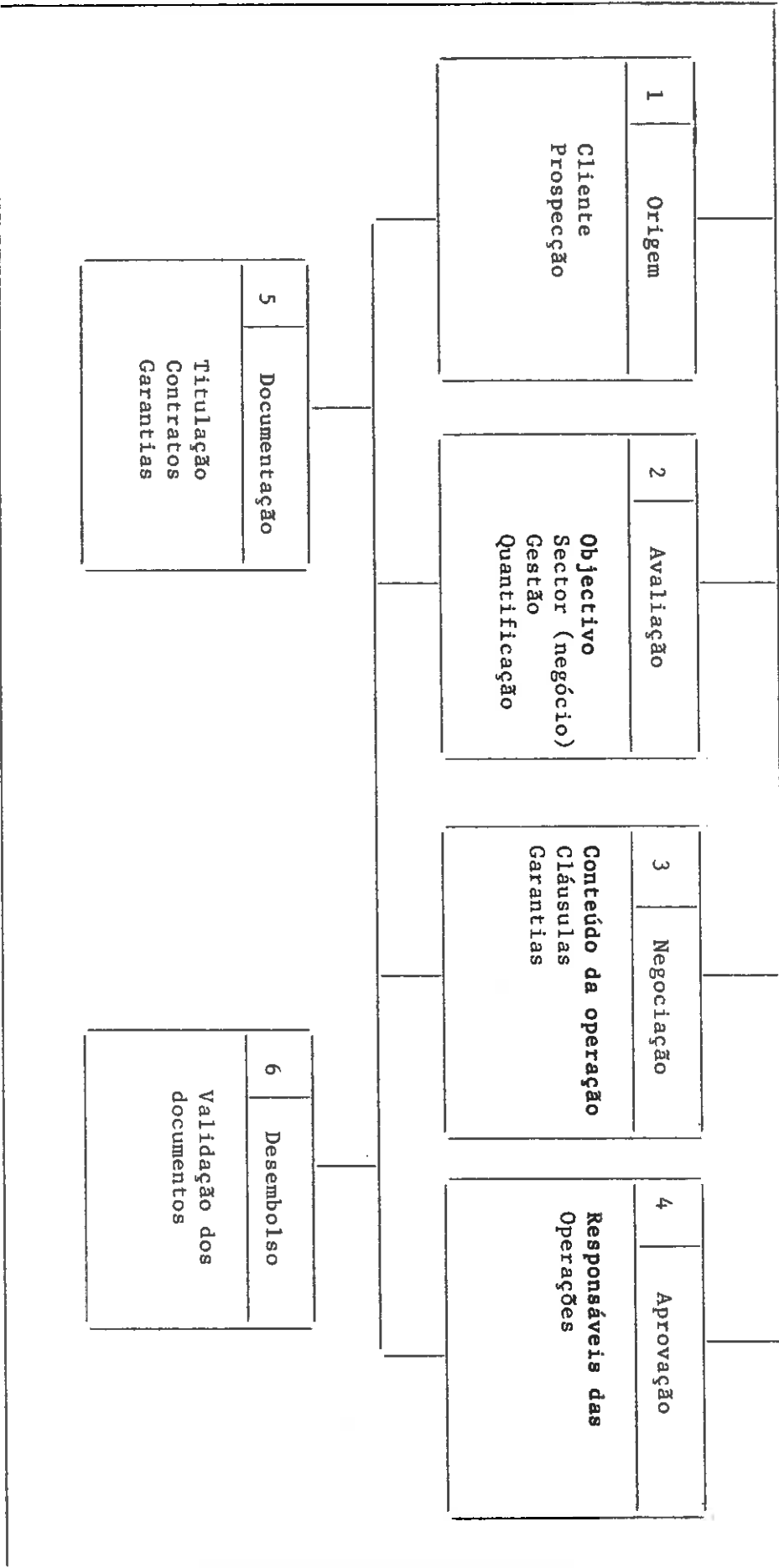
7. Idade

• Menos de 25 anos	10
• 25 - 30 anos	22
• 30 - 35 anos	23
• 35 - 40 anos	24
• 40 - 45 anos	18
• 45 - 50 anos	15
• 50 - 55 anos	15
• 55 - 60 anos	10

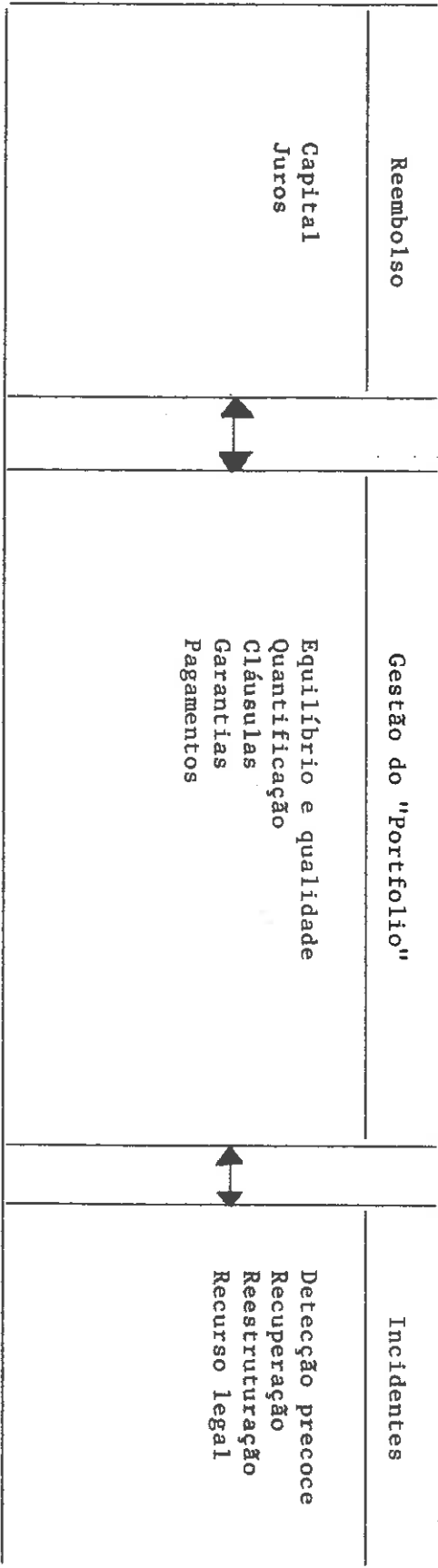
• 60 - 65 anos	0
• Mais de 65 anos	8



DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL
DA POLÍTICA DE CRÉDITO



CONTROLE DA POLÍTICA DE CRÉDITO



BIBLIOGRAFIA

1. FIEDLER, Edgar R. - Measures of Credit Risk and Experience
New York. National Bureau of Economic Research. 1971.
2. BREALY, Richard, MYERS Stewart - Principles of Corporate Finance - Tokyo. Mc Hill. 1983.
3. ZENOFF, David B. - International Banking Management and Strategies - London. Euromoney Publications. 1985.
4. Project Financing -
London. Euromoney Publications. 1979.
5. HANDSCOMB, Richard - Bankers' Management Handbook -
Berkshire England. Mc Graw Hill. 1976.
6. LUCKETT, Dudley G. - Money and Banking -
Singapore. Mc Graw Hill. 1984.
7. SAMUELS, J. M. WILKES F. M. - Management of Company Finance -
ce - Nelson. 1980.
8. PRAGER, Jonas - Fundamentals of Money, Banking, and Financial Institutions - New York. Harper & Row. 1981.

9. COATES, C. Robert - Investment Strategy - U.S.A.. Mc Graw Hill. 1978.
10. EDMISTER, Robert O. - Financial Institutions Markets & Management - U.S.A.. Mc Graw Hill. 1986.
11. Systèmes Bancaires d'Europe Occidentale - Paris. Dunod. 1970.
12. SCHALL, Lawrence D.; HALEY, Charles W. - Introduction to Financial Management - Singapore. Mc Graw Hill. 1986.
13. STEVENSON, R. A. - Fundamentals of Finance - Tokyo. Mc Graw Hill. 1981.
14. FRANCIS, Jack Clark - Management of Investments - Tokyo. Mc Graw Hill. 1983.
15. COUSSERGUES, Sylvie de - Gestion de la Banque - Paris. Clet Editions Banque. 1976.
16. Banca e Instituições Parabancárias Principais Indicadores - Lisboa. Caixa Geral de Depósitos. 1986.
17. PINTO, João Costa - Estrutura e Funcionamento dos Sistemas Bancários da C.E.E. - Lisboa. Banco Fonecas & Burnay. 1983.

18. ALHADEFF, David A. - Competition and Controls in Banking - California. University of California Press. 1968.
19. POULIQUEN, Louis Y. - L'appréciation du risque dans l'évaluation des Projects - Paris. Dunod. 1972.
20. BASU, S. K. - A Review of Current Banking Theory and Practice - Calcuta. Mc Millan. 1974.
21. LUCHE, René MIGEON Henri - O Crédito às Empresas e os Bancos - Porto. Editorial Inova Lda.
22. PRIDL, Andreas R. - Japanese Finance a Guide to Banking in Japan - U.S.A. John & Sons. 1981.
23. GREENE, Mark R. - Risk and Insurance - Ohio. South-Western Publishing Co. 1973.
24. VERNIMMEN, Pierre - Gestion et Politiques de la Banque - Dalloz. Paris. 1981.
25. ECO, Umberto - Como se faz uma Tese - Milão. 1977.